



AÇORES 2030

PROGRAMA OPERACIONAL

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
Fundo Social Europeu Mais

Anteproposta

ANTEPROPOSTA

Índice

INTRODUÇÃO	7
ESTRATÉGIA DO PROGRAMA: PRINCIPAIS DESAFIOS EM MATÉRIA DE DESENVOLVIMENTO E LINHAS DE AÇÃO	8
<i>CONSTRANGIMENTOS ESTRUTURAIS E BLOQUEIOS</i>	8
<i>O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA DA RAA</i>	9
<i>AS DISPARIDADES TERRITORIAIS A NÍVEL ECONÓMICO</i>	10
<i>EMPREGO, ESTRUTURA DE EMPREGO, DESEMPREGO E PRODUTIVIDADE</i>	10
<i>ANÁLISE SETORIAL – ÁREAS PRIORITÁRIAS DA RIS3 AÇORES 2021-2027</i>	12
<i>CIÊNCIA & TECNOLOGIA, TRANSIÇÃO DIGITAL E EMPREENDEDORISMO</i>	13
<i>COESÃO TERRITORIAL E SUSTENTABILIDADE</i>	15
<i>ECOSSISTEMA SOCIAL</i>	17
A ESTRATÉGIA AÇORES 2021 - 2027	19
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	21
JUSTIFICAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	26
OBJETIVO POLÍTICO 1 - PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, INVESTIGAÇÃO, INOVAÇÃO E A DIGITALIZAÇÃO	26
Prioridade de Investimento 1.1 - Investigação, desenvolvimento e inovação	26
OE 1.1 Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas.....	26
Prioridade de Investimento 1.2 - Digitalização	27
OE 1.2 Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas, os organismos de investigação e as autoridades pública	27
OE 1.5 Reforçar a conectividade digital	28
Prioridade de Investimento 1.3 - Competitividade empresarial.....	29
OE 1.3 Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos.....	29
OE 1.4 Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo	30
OBJETIVO POLÍTICO 2 - PROMOVER A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	32
Prioridade de Investimento 2.1 - Energia, ação climática e sustentabilidade	32
OE 2.1. Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa	32
OE 2.2 Promover as energias renováveis, em conformidade com a Diretiva (UE) 2018/2001, incluindo os critérios de sustentabilidade nela estabelecidos	33
OE 2.3 Desenvolver sistemas, redes e formas de armazenamento energéticos inteligentes fora da rede transeuropeia de energia (RTE-E)	34
OE 2.4 Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas	35
OE 2.5 Promover o acesso à água e a gestão sustentável da água	36
OE 2.6 Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos	37

OE 2.7 Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição	38
OE 2.8 Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono	40
OBJETIVO POLÍTICO 3 - DESENVOLVER A MOBILIDADE	41
Prioridade de Investimento 3.1 - Acessibilidades	41
OE 3.2 Desenvolver e reforçar uma mobilidade nacional, regional e local sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente e intermodal, inclusive melhorando o acesso à RTE-T e a mobilidade transfronteiriça	41
OBJETIVO POLÍTICO 4 - PROMOVER ESTRATÉGIAS PARA A COESÃO SOCIAL	43
Prioridade de Investimento 4.1 - Educação e aprendizagem ao longo da vida	43
OE 4.2. Melhorar o acesso equitativo a serviços inclusivos e de qualidade na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento de infraestruturas acessíveis, nomeadamente através da promoção da resiliência no que diz respeito à educação e formação à distância e em linha	43
OE 4f Promover a igualdade de acesso e a conclusão, em especial por parte dos grupos desfavorecidos, de um percurso de educação e formação inclusivo e de qualidade, desde a educação e acolhimento na primeira infância até ao ensino superior, passando pelo ensino e formação gerais e vocacionais, bem como a educação e aprendizagem de adultos, facilitando, nomeadamente, a mobilidade para fins de aprendizagem para todos e a acessibilidade para as pessoas com deficiência	44
OE 4g Promover a aprendizagem ao longo da vida, em especial através de oportunidades flexíveis de melhoria de competências e de requalificação para todos, tendo em conta as competências nos domínios do empreendedorismo e do digital, antecipar melhor a mudança e as novas exigências em matéria de competências com base nas necessidades do mercado de trabalho, facilitar as transições de carreira e fomentar a mobilidade profissional	45
Prioridade de Investimento 4.2 - Saúde e inclusão social	46
OE 4.3 Promover a inclusão socioeconómica das comunidades marginalizadas, dos agregados familiares com baixos rendimentos e dos grupos desfavorecidos, incluindo as pessoas com necessidades especiais, através de ações integradas, incluindo habitação e serviços sociais	46
OE 4.5 Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, fomentar a resiliência dos sistemas de saúde, inclusive dos cuidados de saúde primários, e promover a transição dos cuidados institucionais para os cuidados centrados na família e de proximidade	47
OE 4h Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa, e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos	48
OE 4m Combater a privação material através da distribuição de alimentos e/ou de assistência material de base às pessoas mais carenciadas, incluindo às crianças, e proporcionar medidas de acompanhamento para a sua inclusão social	49
Prioridade de Investimento PI 4.3 - Emprego	50
OE 4a Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação para todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, para os desempregados de longa duração e os grupos desfavorecidos no mercado de trabalho, e para as pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social	50
OE 4c Promover uma participação equilibrada em termos de género no mercado de trabalho, condições de trabalho equitativas e uma melhor conciliação entre a vida profissional e a vida privada, nomeadamente através do acesso a serviços de acolhimento de crianças e de cuidados a pessoas dependentes a preços comportáveis	51

OE 4d Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, o envelhecimento ativo e saudável e um ambiente de trabalho saudável e bem-adaptado capaz de prevenir riscos para a saúde	51
Prioridade de Investimento 4.4 - Cultura, turismo sustentável e inovação social.....	53
OE 4.6 Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e na inovação social.....	53
OBJETIVO POLÍTICO 5 - PROMOVER A COESÃO TERRITORIAL	54
Prioridade de Investimento 5.1 - Valorização económica e social do território.....	54
OE 5.1 Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas	54
OBJETIVO POLÍTICO 6 - ALOCAÇÃO ESPECÍFICA RUP	56
Prioridade de Investimento 6.1 RUP – Região Ultrapерифérica.....	56
OE 6.1 Compensação de custos adicionais nas obrigações de serviço público nos transportes inter-ilhas.....	56
OBJETIVO POLÍTICO 7 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA	57
Prioridade de Investimento 7.1 - Assistência Técnica.....	57
OE 7.1 Aumentar a eficiência e a eficácia da autoridade de gestão e dos organismos intermédios na execução das tarefas atribuídas.....	57
FUNDO DE COESÃO	59
OBJETIVO POLÍTICO 3 – DESENVOLVER A MOBILIDADE	59
Prioridade de Investimento 3.1 - Acessibilidades	59
OE 3.1 Desenvolver uma RTE-T resiliente às alterações climáticas, inteligente, segura, sustentável e intermodal.	59

ANTEPROPOSTA

INTRODUÇÃO

O Programa Operacional Açores 2030 (PO Açores 2030) é um programa participado pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) e FSE+ (Fundo Social Europeu Mais), para o período de programação 2021-2027.

Os programas operacionais estão com atrasos na sua preparação, decorrentes da situação pandémica e de saúde pública, bem conhecida, que obrigou a que o enfoque da União Europeia e dos Estados-membros, desde fevereiro de 2020, fosse na preparação e implementação dos programas Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus (CRII e CRII+) e do Next-Generation EU, aplicado através do REACT-EU e do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR). Esta situação provocou atrasos no processo preparatório do Quadro Financeiro Plurianual 21-27 (QFP).

A anteposta do Programa Operacional Açores 2030, sintetiza um conjunto muito amplo de consultas e contribuições de uma grande diversidade de agentes regionais, expressando as principais propostas em matéria de política regional de desenvolvimento para o futuro próximo, na observância das principais linhas de orientação da Estratégia Europeia 2030, da Estratégia Portugal 2030, das linhas orientadoras do Acordo de Parceria Nacional e dos princípios de orientação estratégica regional.

Concentrando o PO Açores 2030 a quase totalidade das intervenções com cofinanciamento pelos dois fundos estruturais – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e Fundo Social Europeu Mais (FSE+) – no arquipélago, o leque de objetivos temáticos e das prioridades de investimento selecionadas é amplo e diversificado, contemplando as diversas vertentes das políticas públicas orientadas para o crescimento económico inteligente, do fomento do emprego qualificado, da coesão social, da mobilidade enquanto pilar da coesão económica e social, da sustentabilidade ambiental e resiliência às alterações climáticas e da digitalização e proximidade da administração, permitindo aos agentes locais acederem a recursos financeiros que viabilizarão os seus projetos de desenvolvimento nas diferentes áreas de intervenção e setores da economia e da sociedade.

Destaca-se, ainda, o apoio específico do Fundo Estrutural FEDER que a Região beneficia, mercê da sua condição de Região Ultraperiférica, conforme reconhecido no artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, para o financiamento de obrigações de serviço público de transporte de passageiros entre as ilhas dos Açores.

O Programa Operacional dispõe de um envelope financeiro de cerca de 1 140 milhões de euros, em que 690 milhões de euros estão afetos a intervenções financiadas pelo FEDER e 450 milhões de euros pelo FSE+. Com esta repartição é sinalizada de forma muito clara que as políticas ativas económicas, de emprego, de formação e de qualificação, de saúde, de proteção aos grupos mais vulneráveis e de transportes têm uma prioridade nas políticas públicas.

ESTRATÉGIA DO PROGRAMA: PRINCIPAIS DESAFIOS EM MATÉRIA DE DESENVOLVIMENTO E LINHAS DE AÇÃO

CONSTRANGIMENTOS ESTRUTURAIS E BLOQUEIOS

A Região Autónoma dos Açores (RAA), tal como outras regiões ultraperiféricas (RUP), apresenta um conjunto de condicionantes naturais que influenciam o seu desenvolvimento. Desde a Declaração relativa às regiões ultraperiféricas da Comunidade, anexo ao Tratado de Maastricht, de 1992, que a União Europeia reconhece que estas regiões (departamentos franceses ultramarinos, RAA, RA Madeira e as Ilhas Canárias) “sofrem de um atraso estrutural importante, agravado por vários fenómenos (afastamento, insularidade, pequena superfície, relevo e clima difíceis e dependência económica vis-à-vis alguns produtos), cuja permanência e combinação prejudicam gravemente o seu desenvolvimento económico e social.”

A Estratégia Portugal 2030 refere ainda que, embora seja inegável a importância da projeção externa do país a partir da sua faixa atlântica através do potencial geográfico e económico das duas Regiões Autónomas - reconhecidas como regiões ultraperiféricas no Art.º 349º do Tratado de Funcionamento da União Europeia (TFUE) - a sua “situação social e económica estrutural (...), agravada pelo grande afastamento, pela insularidade, pela pequena superfície, pelo relevo e clima difíceis e pela sua dependência económica em relação a um pequeno número de produtos, fatores estes cuja persistência e conjugação prejudicam gravemente o seu desenvolvimento” estas não usufruem, em situação de igualdade, de um efetivo acesso ao mercado único europeu.

Acresce que a crise relativa à COVID-19 colocou as RUP numa situação ainda mais vulnerável, com efeitos acrescidos nos territórios com maior dependência das ligações ao exterior e do turismo, que registam uma retoma mais lenta da atividade económica, comparativamente à média nacional e europeia.

Por outro lado, a RAA apresenta um posicionamento geoestratégico particular (equidistância entre Portugal e o continente americano) que, para além das já referidas desvantagens, lhe confere um potencial ao nível da exploração científica e económica no domínio marítimo, mas, sobretudo, uma capacidade de gerar valor e emprego a partir das condições edafoclimáticas próprias, através da exploração sustentável dos recursos endógenos diferenciados e tirando proveito de uma vivência própria e de uma envolvente ambiental e paisagística bem diferenciadas.

O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA DA RAA

Antes do processo de adesão de Portugal às Comunidades Europeias, a RAA era uma das regiões NUTS II mais pobres de todo o espaço europeu, de acordo com o primeiro relatório sobre a coesão económica e social na Europa, elaborado em 1996 pelos serviços da Comissão Europeia¹.

Os Açores ocupavam, em 1983, a última posição no contexto das regiões europeias dos 15 Estados Membros, com apenas 39% da média do PIB per capita. Para além dos constrangimentos de ordem natural, estes números revelavam, igualmente, o atraso histórico estrutural de desenvolvimento da região autónoma (refletindo, em parte, o atraso estrutural do país nos primeiros anos da democratização pós 1974) e a inexistência de uma política nacional de convergência.

Segundo a mesma fonte, a situação no início dos anos 90 era praticamente idêntica, alterando-se apenas a saída de último lugar para o penúltimo, por troca, justamente, com uma outra região ultraperiférica, registando um PIB per capita de apenas 42% da média europeia. No entanto, ao longo da década de 90 e com os primeiros efeitos dos fundos estruturais após a entrada de Portugal na então Comunidade Económica Europeia esta situação alterou-se substancialmente. A partir de então os Açores iniciaram um caminho de desenvolvimento, convergindo no espaço nacional e, de igual modo, no espaço comunitário, e deixaram, em ambos os contextos, de ser a região menos desenvolvida, aproximando-se, atualmente, do grupo das regiões europeias designadas de transição e ocupando uma posição intermédia no contexto das 7 regiões portuguesas²

Entre 2000 e 2020, a análise da dinâmica de convergência das regiões portuguesas demonstra uma trajetória de coesão interna, mas divergência face à média da UE. Sendo verdade que a coesão interna observada nas regiões NUTS II portuguesas é uma ilustração de um processo de “coesão não virtuosa” em que a aproximação dos desempenhos económicos internos corresponde a uma trajetória de divergência face à média da UE28, as regiões NUTS II que verificam maior crescimento são, em média, as que se posicionavam na retaguarda no início do período de análise.

Encurtando o período de análise, entre 2009 e 2019, é possível observar uma tendência de estabilização (embora com uma ligeira tendência de divergência) do Produto Interno Bruto dos Açores em percentagem da média da UE 27 – tendo passado de 73% em 2008 para 70% em 2019 (um decréscimo de 4,1%), segundo o Eurostat. No contexto nacional, esta trajetória foi mais suave do que aquela que se verificou nas regiões NUTS II Área Metropolitana de Lisboa (AML) e Região Autónoma

¹ O relatório European Cohesion Report, está disponível através do link da Comissão Europeia https://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/official/reports/repco_en.htm.

² Pressupostos e elementos de contextualização para o Plano de Ação 2014 – 2020 - NO QUADRO DA COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO EU

da Madeira (RAM), mais acentuada do que a experienciada pelo Alentejo, mas em contraciclo com a convergência nominal verificada no Norte, no Centro e no Algarve. Em 2019, a região Norte e a região Centro apresentavam níveis de PIB per capita em paridades de poder de compra inferiores ao da RAA, de acordo com a mesma fonte.

AS DISPARIDADES TERRITORIAIS A NÍVEL ECONÓMICO

A RAA é composta por nove ilhas divididas por três grupos distintos: Ocidental, Oriental e Central. Em termos administrativos a região está dividida em 19 divisões territoriais, com pesos bastante distintos na região.

Nos estabelecimentos localizados em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Ribeira Grande exerciam em 2019 atividade profissional cerca de 61% dos trabalhadores ao serviço no arquipélago que produzem cerca de 70% do Volume de Negócios gerado (INE, Contas integradas das empresas). Desta análise ressalta um desafio particular relacionado com o desenvolvimento integrado do território, assegurando a qualidade do trabalho, o acesso a serviços e equipamentos públicos e o funcionamento da rede de proteção social em todas as ilhas.

A disparidade territorial a nível populacional está intimamente ligada à disparidade económica, com um círculo vicioso de tendências negativas. Cinco das nove ilhas têm menos de 5 000 habitantes, duas tem menos de 15 000 habitantes e as duas mais populosas, têm respetivamente 53 000 e 133 000 habitantes. Todas as ilhas têm sido afetadas pelo despovoamento, situação mais preocupante nas menos populosas. As disparidades populacionais e económicas carecem de uma abordagem integrada para a sustentabilidade demográfica, que quebre o círculo vicioso e permita fixar população e dinamizar o crescimento económico.

EMPREGO, ESTRUTURA DE EMPREGO, DESEMPREGO E PRODUTIVIDADE

- **Estrutura de emprego**

De acordo com os dados das Contas Integradas das Empresas do INE, a estrutura de emprego da RAA distingue-se da média nacional pela grande preponderância das atividades (CAE Rev.3) “Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca”, que acolham cerca de 13% do pessoal ao serviço (nos estabelecimentos), em 2019, face a um valor de 5% do total nacional em detrimento das indústrias transformadoras (9% do pessoal ao serviço na RAA e 18% em Portugal). De acordo com o Acordo de Parceria Portugal 2030, a agricultura está profundamente enraizada na realidade económica açoriana, quer pela produção de bens transacionáveis que da sua prática resulta, quer pela influência

incontornável que tem ao nível da preservação da paisagem e de valores culturais de grande relevância para outros setores de atividade.

A mesma fonte revela serem o “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motocicletas” aquela onde uma maior quantidade de trabalhadores desenvolvem a sua atividade profissional (21% em 2019). Um desafio que a região enfrenta é a diversificação produtiva e a redução da dependência de certos setores, para mitigar a volatilidade económica destes mesmos setores e prosseguir com o crescimento de um ambiente económico mais resiliente para o futuro próximo.

Para garantir a sustentabilidade desta estrutura de emprego, que é muito baseada no setor primário e no setor dos serviços, assume preponderância preparar estes setores para as tendências relevantes no panorama nacional e internacional, como são a adaptação dos processos produtivos ao ecossistema digital e a ativação de práticas sustentáveis ligadas às atividades primárias e ao setor do turismo.

- **Desemprego**

De acordo com o Eurostat, em 2020, a RAA apresentava a terceira menor taxa de desemprego das sete NUTS II do território nacional (6,1%), depois do Centro e do Alentejo. No entanto, entre 2009 e 2020, a Região Autónoma foi aquela que apresentou o menor ritmo de redução da taxa de desemprego depois da Região Autónoma da Madeira (RAM). Tendo a taxa de desemprego atingido um máximo em 2013 (17%), a evolução deste indicador foi bastante influenciada pela crise das dívidas soberanas da zona euro, tendo mais do que triplicado entre estes quatro anos (2009-2013), o pior desempenho entre as sete regiões NUTS II nacionais.

- **Produtividade**

A produtividade aparente do trabalho (Contribuição do fator trabalho utilizado pela empresa, medida pelo valor acrescentado bruto gerado por cada unidade de pessoal ao serviço) na RAA situou-se abaixo da média nacional no período 2009-2019 (num contexto em que apenas a Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve) apresentam valores superiores a este referencial. É, no entanto, de assinalar uma evolução deste indicador que, apesar de positiva e superior ao valor médio da soma das regiões NUTS II de Portugal neste período (21% face a 18%), não se conseguiu destacar das demais regiões, já que uma análise mais granular revela ter o desempenho nacional neste indicador sido “empurrado” pelo desempenho da Área Metropolitana de Lisboa, cujo valor da produtividade aparente do trabalho cresceu 7% entre 2009 e 2019. Excetuando esta região, a RAA teve a evolução menos assinalável das NUTS II nacionais.

Em 2019, a RAA registou um crescimento por via do emprego (calculado como o rácio entre o número de indivíduos empregados e a população de referência do PIB per capita) superior ao crescimento por via da produtividade (rácio entre o PIB e o número de indivíduos empregados) quando comparadas com a realidade portuguesa. No panorama das restantes NUTS II, apenas a AML e o Algarve registaram um crescimento por via da produtividade superior ao referencial nacional, às quais se juntam a RAM quando se analisa o crescimento por via do emprego.

ANÁLISE SETORIAL – ÁREAS PRIORITÁRIAS DA RIS3 AÇORES 2021-2027

- **Agricultura e agroindústria**

Como já referido, a agricultura é um dos setores mais relevantes da economia açoriana (pela sua relevância na estrutura de emprego), pelo potencial que encerra dadas as características geomorfológicas do território e pela influência incontornável que tem ao nível da preservação da paisagem e de valores culturais de grande relevância para outros setores de atividade. O Acordo de Parceria Portugal 2030 refere como estratégias para a promoção deste setor nos Açores o incremento de valor acrescentado dos produtos finais através de diferentes técnicas de transformação; o aprofundamento das parcerias com Centros de Investigação & Desenvolvimento; inovação da gama de produtos; “Certificação Biológica”; ou o aproveitamento das novas tendências no mercado nos domínios da nutracêutica e dos probióticos.

- **Mar e crescimento azul**

A RAA possui uma ZEE extensa, correspondente a 30% do total da União Europeia, o que acarreta grandes potencialidades e desafios. Para além da extensão, a riqueza dos fundos desta ZEE oferece um grande potencial de exploração de recursos raros e preciosos, ainda por conhecer em profundidade. Um dos desafios mais importantes do ponto de vista do aproveitamento da Economia do Mar é como conciliar o crescimento da exploração comercial do mar com setores estratégicos como o Turismo. A exploração do turismo ligado ao mar não poderá descurar a proteção dos ecossistemas animais e da biodiversidade da região, de forma a garantir a sustentabilidade do mar como recurso transversal a vários setores. A formação de profissionais do setor do turismo para assuntos de proteção e conservação de recursos de exploração turística ligada ao mar, como fontes hidrotermais, zonas balneares ou montes submarinos, assume então um papel de relevo nesta questão. O sistema portuário dos Açores, tendo em conta a localização estratégica do arquipélago e as infraestruturas portuárias e logísticas existentes, afirma-se enquanto uma plataforma logística atlântica.

Adicionalmente, o investimento no setor das Pescas e da Indústria do Pescado, bem como no setor da construção e reparação naval, completam a aposta estratégica na economia do mar.

- **Turismo e património.**

O setor do turismo é um dos setores de maior crescimento nos Açores. Atividade relevante no contexto da estrutura económica açoriana pelas suas ligações com outras produções económicas, algumas das quais com raízes profundas na economia local, que fornecem bens e serviços para o produto oferecido, o turismo tem demonstrado uma capacidade de recuperação da crise pandémica assinalável. Assente num princípio de equilíbrio e sustentabilidade e na sua capacidade de gerar valor e emprego, o turismo atende ainda à necessidade de salvaguarda do território, da cultura e dos ecossistemas naturais dos Açores. Importa ainda, no contexto pós-pandémico, apostar na captação de eventos de dimensão ou relevo internacional relacionadas quer com atividades de animação turística que promovam o conceito de turismo de natureza ativo, quer no âmbito do segmento de congressos e incentivos, mantendo, no entanto, o apoio a organizações que promovam eventos de animação turística. Dois desafios preponderantes são o combate à sazonalidade turística e a promoção da descentralização do turismo, promovendo condições para o desenvolvimento hoteleiro nas diversas ilhas.

- **Espaço e ciência dos dados**

A RAA tem sido alvo de um crescente interesse por parte de entidades nacionais e internacionais enquanto localização privilegiada para a instalação de sensores destinados à observação da atmosfera e do espaço, assim como de infraestruturas de receção de dados de deteção remota e de navegação/posicionamento, não só pela criação da Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço (EMA Espaço), bem como na criação de condições, pelas entidades regionais, para que a Ilha de Santa Maria seja considerada como um dos centros nevrálgicos para a afirmação da Região e de Portugal no domínio do Espaço.

A Região continua a investir neste setor, nomeadamente, no que respeita à estruturação da “Estratégia Portugal Espaço 2030 — Uma estratégia de investigação, inovação e crescimento para Portugal”, com a qual se articulará a Estratégia Regional para o Espaço.

CIÊNCIA & TECNOLOGIA, TRANSIÇÃO DIGITAL E EMPREENDEDORISMO

- **Ciência e tecnologia como alavancas do crescimento.**

O investimento nas áreas de I&D do ecossistema privado e público na região dos Açores é de suma importância para o crescimento estratégico. A Universidade dos Açores é a instituição de maior impacto nesta área e apresenta-se como centro nevrálgico para os variados centros de investigação da região. A avaliação intercalar do Programa Operacional dos Açores 2014-2020, refere a reduzida intensidade tecnológica do tecido empresarial, muito dependente do investimento público em I&D, e fraca articulação das empresas com outros atores do sistema científico e tecnológico como um obstáculo ao desenvolvimento de um ambiente de inovação e desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços.

- **A aceleração da transição digital no setor público e privado**

A criação de condições no setor privado para a digitalização de processos é premente, bem como o esforço das instituições públicas na adaptação às necessidades dos utilizadores e promoção da eficiência e rapidez dos processos. A transição digital da administração pública apresenta o desafio de criar um ambiente mais próximo das empresas, acompanhando a digitalização das mesmas e aproveitando a transição digital para uma desmaterialização e redução burocrática entre estes dois agentes promotores do desenvolvimento. A inclusão e literacia digital são preponderantes para garantir uma força de trabalho preparada para o novo paradigma empresarial, o que coloca o desafio à RAA de criar condições para o ensino digital e de preparar as futuras gerações para a nova realidade.

O Plano de Ação para a Transição Digital é perentório em afirmar a importância da transição digital para a coesão social e competitividade económica no panorama nacional, na senda do que já vinha sendo proclamado no ciclo anterior de programação - nos objetivos gerais para a Europa definidos no programa operacional 2014-2020 para a RAA, com enfoque no eixo de uma “Europa mais Inteligente”, no desenvolvimento e reforço das capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas e no aproveitamento das vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas, os organismos de investigação e as autoridades públicas e reforço da competitividade digital. O PRR tem previstos vários investimentos nesta área, complementares e em articulação com o PO Açores 2020 e com o PO Açores 2030.

- O ecossistema empreendedor nos Açores

O empreendedorismo na região autónoma dos Açores tem conhecido avanços significativos e merece um papel de destaque nas opções estratégicas regionais. A RAA assume a importância de promover o ecossistema empreendedor e propõe-se a desenvolver iniciativas junto do público mais jovem e das instituições de ensino como a dinamização de concursos e mostras de empreendedorismo e a criação do Gabinete de Apoio ao Empreendedor. Não obstante estas medidas, surge o desafio de criar um ecossistema favorável ao desenvolvimento económico, que seja efetivamente vantajoso para futuros empreendedores na sua fixação e desenvolvimento de negócio nos Açores. A promoção do empreendedorismo só se irá repercutir no desenvolvimento da RAA se for reinvestido no arquipélago e no seu progresso. Enquadrando o empreendedorismo nos objetivos de desenvolvimento da Europa, o encaixe é claro no seguinte objetivo específico: desenvolvimento de competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo.

COESÃO TERRITORIAL E SUSTENTABILIDADE

- Sustentabilidade ambiental e alterações climáticas

O desafio das alterações climáticas e do impacto das mesmas no território açoriano apresenta-se como uma questão de extrema importância para a sustentabilidade do desenvolvimento do arquipélago. O PRAC (Programa Regional de Alterações Climáticas dos Açores) de 2017, estimou que o setor agrícola pudesse vir a representar entre 34% e 46% das emissões de GEE da região autónoma dos Açores em 2030. A preponderância económica e importância estratégica do setor na estrutura de emprego evidencia a necessidade de coordenar de forma eficiente a transição climática e a resiliência do setor respetivo.

É ainda de destacar a importância de encontrar e canalizar eficientemente o potencial de exploração da transição climática, como é o caso do turismo ou das pescas. O objetivo geral de “Uma Europa mais verde” demonstra claramente a pertinência a nível de enquadramento deste ponto em vários eixos secundários: a promoção da eficiência energética e redução das emissões de gases com efeito de estufa; promoção das energias renováveis; reforço da proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e das infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e redução de todas as formas de poluição.

- **A economia circular como motor de desenvolvimento.**

Enquadrada na necessidade de promover comportamentos sustentáveis nos ecossistemas públicos e privados, os Açores têm olhado para a economia circular como um eixo de futuro. O vale “Economia Circular Açores” é um exemplo de um estímulo à reconversão empresarial sob os pressupostos da economia circular. Neste contexto, um desafio que se avizinha será o de fomentar e educar a sociedade açoriana para a economia circular e sensibilizá-la quanto às suas vantagens, bem como promover, junto do ecossistema empreendedor, a integração da economia circular nas suas cadeias de valor e nos processos empresariais.

A estratégia de apoio à economia circular vai de encontro ao Pacto Ecológico Europeu e aos planos estratégicos de combate às alterações climáticas definidos pelo RAA, bem como ao objetivo para a promoção da transição para uma economia circular e para uma eficiente utilização dos recursos.

- **Posicionamento estratégico dos Açores no mundo: mobilidade e conectividade**

O desenvolvimento do sistema de mobilidade regional, reforçando a sua integração, intermodalidade e sustentabilidade, revela-se fundamental para o seu desenvolvimento económico e social. A realidade arquipelágica coloca desafios específicos à criação de ligações com o exterior e à movimentação de pessoas e mercadorias no interior da Região. A posição ultraperiférica da RAA (associada a uma maior ocorrência de eventos climáticos extremos), assim como a reduzida dimensão do mercado interno, a ausência de economias de escala e a descontinuidade territorial, colocam particular ênfase na necessidade de reforçar a eficiência das ligações rodoviárias, marítimas e aéreas.

A RAA apresenta um sistema de mobilidade baseado nas infraestruturas rodoviárias, construídas em muitas ilhas com base num anel viário que se desenvolve nas extremidades dessas mesmas ilhas, junto à costa. O terreno sinuoso e a orografia do território dificultam o desenvolvimento de algumas ligações e criam constrangimentos na mobilidade e no desenvolvimento da infraestrutura no arquipélago.

A RAA tem aeroportos em todas as ilhas, desenvolvidos onde a orografia e condições climáticas são mais favoráveis aos requisitos de dimensão e segurança do sector de aviação. A aviação é a única forma de evitar o isolamento dos habitantes do arquipélago, sendo o único meio de transporte regular de passageiros entre as ilhas e de e para o exterior da Região.

Existem também barras de atracção de navios em todas as ilhas, essenciais no transporte de mercadorias e de passageiros de/e para os Açores. O setor portuário representa não só o transporte comercial de produtos, mas também a navegação de recreio, atividades da economia do mar, atividades turísticas e a pesquisa e investigação oceanográfica. O desafio será colocar a rede

aeroportuária do arquipélago como uma plataforma logística de relevo no apoio ao comércio marítimo. Este ecossistema é estrategicamente importante para um reforço da competitividade da região e para o desenvolvimento económico da mesma.

ECOSSISTEMA SOCIAL

- **Coesão social no epicentro do desenvolvimento.**

A importância dos pressupostos sociais no desenvolvimento da RAA é reconhecida e uma área de atuação relevante. Olhando para a situação atual da região, destaca-se a problemática do risco de pobreza ou exclusão social. Face a um valor médio nacional de 19,8%, este indicador apresentou valores de 32,4% em 2020 (segundos dados do INE). O indicador de desigualdade S80/S20, baseado na distribuição do rendimento, definido como o rácio entre a proporção do rendimento total recebido pelos 20% da população com maiores rendimentos e a parte do rendimento auferido pelos 20% de menores rendimentos, está em 5,0% a nível nacional e 6,2% nos Açores (dados de 2020). Esta situação reforça a necessidade de respostas contra a exclusão e as disparidades sociais, desenvolvendo políticas que direcionem ativamente os seus esforços para grupos prioritários como são os casos das famílias monoparentais, crianças e jovens em risco, agregados familiares com baixa intensidade laboral com duas ou mais crianças e/ou jovens em estado de dependência, idosos isolados e sem-abrigos, entre outros.

- **Desafios geográficos à resposta social.**

O isolamento e a situação geográfica representam também alguns desafios no prisma social dos Açores. A eficiência de certos mecanismos de apoio é afetada pela dispersão do território e pela baixa densidade populacional em certas ilhas. A adaptação de estratégias de resposta ao modelo territorial do arquipélago é reconhecida como um passo importante no acesso universal aos apoios disponibilizados. É importante ainda acrescentar que a situação geográfica e territorial influencia a estrutura de custos destes apoios, tendo-se presente a importância da necessidade de uma gestão inteligente dos recursos existentes.

- **A educação como fator de coesão social e progresso.**

A educação nos Açores apresenta dois desafios principais: o combate à taxa de abandono precoce da educação e formação (27% em 2020, mais que três vezes superior à média nacional de 8,9%, segundo o INE) e a redução do número de jovens que não estão nem a trabalhar nem em formação (19,7% nos Açores face a uma média nacional de 10,1%). De acordo com o Plano Integrado de Promoção do

Sucesso Escolar – ProSucesso, documento estratégico de planeamento para o sucesso escolar desenvolvido pela Direção Regional da Educação para o Governo Regional dos Açores, três eixos de ação destacam-se particularmente: foco no nível de qualidade da educação dos alunos; promoção do desenvolvimento profissional nos profissionais da área; mobilização da comunidade educativa e parceiros sociais para a missão educativa.

O papel das principais instituições educativas do arquipélago, como é o caso da Universidade dos Açores, assume destaque principalmente no segundo desafio identificado: combate aos jovens que não estão nem a estudar nem a trabalhar. A elaboração de oferta formativa adaptada às necessidades profissionais e do tecido empresarial, atual e ambicionado, dos Açores é ponderada como uma possível solução para um problema que se pretende mitigar no futuro próximo, tendo em vista não só a formação e educação, mas também a reconversão e a formação ao longo da vida.

- Saúde

A política de saúde é uma prioridade permanente na RAA, para além da pressão atual e exigência adicional que a gestão da pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 impõe sobre o setor.

Os cuidados de saúde primários são sobretudo, e em primeira linha, assegurados pelas unidades de saúde, distribuídas pelas nove Ilhas. O constante investimento nestes cuidados de saúde é fundamental numa política de saúde bem estruturada e organizada, tanto na medicina preventiva, como na educação para a saúde ou na prestação de cuidados de saúde a todos os açorianos, que se deve estruturar numa política de proximidade aos utentes.

Salienta-se que a aplicação de fundos europeus neste setor continua a ser fulcral, tanto a nível de formação e qualificação profissional, como também na dotação de meios e equipamentos suscetíveis de tratamento local, acautelado pelas deslocações dos doentes entre ilhas e da Região para o Continente. Porém, o investimento em causa continua a ser insuficiente para ultrapassar os constrangimentos provocados pela dispersão geográfica.

Importa, ainda, destacar que a RAA tem vindo a apostar na transformação digital do setor da Saúde, nomeadamente através do PRR, com vista a garantir o acesso equitativo a todos os açorianos, aos cuidados de saúde, por intermédio de um sistema mais transparente e em alinhamento com as estratégias nacionais para o setor, nomeadamente a modernização dos sistemas de informação, destacando-se a concretização da telessaúde (eHealth), o desenvolvimento do Registo de Saúde Eletrónico (SRE), através do reforço da resiliência dos sistemas de saúde.

A ESTRATÉGIA AÇORES 2021 - 2027

Tendo em consideração a Estratégia Portugal 2030, os objetivos políticos da União Europeia e as orientações estratégicas de outros documentos estruturantes como o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e, as já referidas especificidades regionais decorrentes da insularidade e da descontinuidade territorial e potencialidades e oportunidades, o Conselho do Governo Regional dos Açores, na Resolução do Conselho do Governo n.º 207/2021, de 17 de agosto, definiu cinco princípios relativos à orientação estratégica regional para o período de programação 2021-2027 de fundos comunitários, que podem ser resumidos da seguinte forma:

- a) Promover o desenvolvimento económico, a competitividade, a atração de investimento externo, a criação de emprego qualificado e a fixação de populações no território do arquipélago dos Açores, através da especialização inteligente, da investigação e da inovação;
- b) Desenvolver estratégias para a coesão social, com as pessoas em primeiro lugar, aumentando os níveis de escolaridade e formação profissional, diminuindo os níveis de abandono escolar, o acesso universal e generalizado a cuidados de saúde, à proteção social e o acesso à cultura
- c) Desenvolver a mobilidade, enquanto pilar fulcral da competitividade e coesão económica e social de todo o território dos Açores contribuindo para a integração nas redes internacionais e para projeção dos Açores no mundo;
- d) Promover a sustentabilidade ambiental, a resiliência às alterações climáticas, a prevenção de riscos, a produção energética a partir de fontes endógenas e sustentáveis e a proteção dos ecossistemas regionais, em articulação com o desenvolvimento da economia do setor primário.
- e) Promover a digitalização e a proximidade da administração pública nas suas interações com os cidadãos e com as empresas, através da desmaterialização e da desburocratização.

Como referido, os cinco princípios orientadores do Conselho do Governo Regional da RAA foram definidos com base nos OP do Acordo de Parceria 2030 (por sua vez resultantes da interpretação nacional dos cinco Objetivos Estratégicos definidos pela Comissão Europeia no Regulamento (UE) n.º 2021/1060) que se listam na tabela abaixo:

Objetivos Estratégicos (OE) da Comissão Europeia	Objetivos Políticos da RAA
OE1) uma Europa mais competitiva e mais inteligente, investindo na inovação, na digitalização, na competitividade das empresas, nas competências para a especialização inteligente, transição industrial e empreendedorismo;	OP1 Promover o desenvolvimento económico, investigação, inovação e a digitalização
OE2) uma Europa mais verde, que aplique o Acordo de Paris e investe na transição energética, nas energias renováveis e na luta contra as alterações climáticas;	OP2 Promover a sustentabilidade ambiental
OE3) uma Europa mais conectada, com redes de transportes e digitais estratégicas;	OP3 Desenvolver a mobilidade
OE4) uma Europa mais social e inclusiva, na senda do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, apoiando o emprego de qualidade, a educação, as competências, a inclusão social e a igualdade de acesso aos cuidados de saúde;	OP4 Promover estratégias para a coesão social
OE5) Uma Europa mais próxima dos cidadãos, através do apoio a estratégias de desenvolvimento a nível local e ao desenvolvimento urbano sustentável na UE.	OP5 Promover a coesão territorial

A proposta de política regional europeia, baseada nos fundos estruturais FEDER, FSE+ e no Fundo de Coesão, de estruturar a diversidade da intervenção das autoridades públicas nas regiões em 5 grandes objetivos estratégicos que integram 36 objetivos específicos é compatível com as propostas regionais para este período, conferindo coerência interna e externa ao programa operacional integrado (FEDER e FSE+) dos Açores, no quadro da estratégia 2030, atribuindo a este instrumento de programação um papel de contributo para a consecução da estratégia europeia na Região Autónoma dos Açores

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

A verba alocada através nos fundos FEDER e FSE+, para período de programação 2021-2027, ascende a 1 140 milhões de euros.

Como primeiro traço marcante da alocação financeira do programa haverá a salientar uma alteração considerável na repartição de fundos estruturais FEDER e FSE+, com destaque favorável para este último.

Com efeito, no período 2014-2020, o peso relativo do montante alocado ao FSE no conjunto dos dois fundos estruturais era de 30,3%. No período de programação que se inicia a proporção é muito superior, 39,5%. Em termos nominais, trata-se de passar de uma dotação de 344 milhões de euros de FSE, para 450 milhões de euros, ou seja, verifica-se um aumento na dotação FSE de 106 milhões de euros.

Em contrapartida, no período 2014-2020, o peso relativo do montante alocado ao FEDER no conjunto dos dois fundos estruturais era de 69,7%. No período de programação que se inicia a proporção é consideravelmente inferior, 60,5%. Em termos nominais, passa-se de uma dotação de 793 milhões de euros de FEDER, para 690 milhões de euros, ou seja, verifica-se uma redução na dotação FEDER de 103 milhões de euros.

	PO AÇORES 2030		PO AÇORES 2020	
	Montante	Porcentagem	Montante	Porcentagem
FEDER	690	60,5 %	793	69,7 %
FSE+/FSE	450	39,5 %	344	30,3 %
TOTAL	1 140	100 %	1 137	100 %

Milhões de euros

Apesar deste programa operacional concentrar quase em exclusivo toda a programação FEDER e FSE+ para o território dos Açores, associando o que no contexto do território do continente está repartido entre programas temáticos e programas regionais, donde necessariamente uma certa abrangência das prioridades de investimento e objetivos específicos selecionadas neste PO, não deixam de ser cumpridas todas as propostas de concentração temática e respetiva tradução financeira, tenham estas uma aplicação restrita ou sejam de âmbito nacional.

O Açores 2030 elege os Objetivos Políticos (OP) 1 - Promover o desenvolvimento económico, a investigação, a inovação e a digitalização, OP 2 - Promover a sustentabilidade ambiental e OP 4 - Promover estratégias para a coesão social como os de maior relevo financeiro, representando 85% da dotação financeira global.

PO AÇORES 2030
DISTRIBUIÇÃO FINANCEIRA

Objetivos Estratégicos	Objetivos Políticos (PO AÇORES 2030)	Prioridades de Investimento	Objetivo Específico	Fundo	Valor (M€)	%
OE1 Europa + Inteligente	OP1 Promover o desenvolvimento económico, a inovação e a digitalização	PI 1.1 Investigação, desenvolvimento e inovação	1.1. Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas.	FEDER	9	0,8%
			PI 1.2 Digitalização	1.2 Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas, os organismos de investigação e as autoridades públicas.	FEDER	9
		1.5 Reforçar a conectividade digital.		FEDER	7	0,6%
		PI 1.3 Competitividade empresarial	1.3 Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos.	FEDER	184	16,1%
			1.4 Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo.	FEDER	10	0,9%
SUBTOTAL OP 1					219	19,2%
OE2 Europa + verde	OP2 Promover a sustentabilidade ambiental	PI 2.1 Energia, ação climática e sustentabilidade	2.1 Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa.	FEDER	10	0,9%
			2.2 Promover as energias renováveis, em conformidade com a Diretiva (UE) 2018/2001, incluindo os critérios de sustentabilidade nela estabelecidos.	FEDER	4	0,4%
			2.3 Desenvolver sistemas, redes e formas de armazenamento energéticos inteligentes fora da RTE-E.	FEDER	5	0,4%
			2.4 Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas.	FEDER	55	4,8%
			2.5 Promover o acesso à água e a gestão sustentável da água.	FEDER	45	3,9%
			2.6 Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos.	FEDER	30	2,6%
			2.7 Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição.	FEDER	11	1,0%

Objetivos Estratégicos	Objetivos Políticos (PO AÇORES 2030)	Prioridades de Investimento	Objetivo Específico	Fundo	Valor (M€)	%
			2.8 Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono.	FEDER	34	3,0%
SUBTOTAL OP 2					194	17,0%
OE3 Europa mais conectada	OP3 Desenvolver a mobilidade	PI 3.1 Acessibilidades	3.2 Desenvolver e reforçar uma mobilidade nacional, regional e local sustentável (8%), resiliente às alterações climáticas, inteligente e intermodal, inclusive melhorando o acesso à RTE- T e a mobilidade transfronteiras.	FEDER	50	4,4%
SUBTOTAL OP 3					50	4,4%
OE4 Europa mais social	OP4 Promover estratégias para a coesão social	PI 4.1 Educação e aprendizagem ao longo da vida	4.2 Melhorar o acesso equitativo a serviços inclusivos e de qualidade na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento de infraestruturas acessíveis, nomeadamente através da promoção da resiliência no que diz respeito à educação e formação à distância e em linha.	FEDER	31	2,7%
			4.f Promover a igualdade de acesso e a conclusão, em especial por parte dos grupos desfavorecidos, de um percurso de educação e formação inclusivo e de qualidade, desde a educação e acolhimento na primeira infância até ao ensino superior, passando pelo ensino e formação gerais e vocacionais, bem como a educação e aprendizagem de adultos, facilitando, nomeadamente, a mobilidade para fins de aprendizagem para todos e a acessibilidade para as pessoas com deficiência.	FSE+	125	11,0%
			4.g Promover a aprendizagem ao longo da vida, em especial através de oportunidades flexíveis de melhoria de competências e de requalificação para todos, tendo em conta as competências nos domínios do empreendedorismo e do digital, antecipar melhor a mudança e as novas exigências em matéria de competências com base nas necessidades do mercado de trabalho, facilitar as transições de carreira e fomentar a mobilidade profissional.	FSE+	50	4,4%

Objetivos Estratégicos	Objetivos Políticos (PO AÇORES 2030)	Prioridades de Investimento	Objetivo Específico	Fundo	Valor (M€)	%
		PI 4.2 Saúde e inclusão social	4.3 Promover a inclusão socioeconómica das comunidades marginalizadas, dos agregados familiares com baixos rendimentos e dos grupos desfavorecidos, incluindo as pessoas com necessidades especiais, através de ações integradas, incluindo habitação e serviços sociais.	FEDER	2	0,2%
			4.5 Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, fomentar a resiliência dos sistemas de saúde, inclusive dos cuidados de saúde primários, e promover a transição dos cuidados institucionais para os cuidados centrados na família e de proximidade.	FEDER	71	6,2%
			4.h Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa, e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos.	FSE+	115,5	10,1%
			4.m Combater a privação material através da distribuição de alimentos e/ou de assistência material de base às pessoas mais carenciadas, incluindo crianças, e adotar medidas de acompanhamento que apoiem a sua inclusão social.	FSE+	13,5	1,2%
		PI 4.3 Emprego	4.a Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação para todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, para os desempregados de longa duração e os grupos desfavorecidos no mercado de trabalho, e para as pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social.	FSE+	143	12,5%
			4.c Promover uma participação equilibrada em termos de género no mercado de trabalho, condições de trabalho equitativas e uma melhor conciliação entre a vida profissional e a vida privada, nomeadamente através do acesso a serviços de acolhimento de crianças e de cuidados a pessoas dependentes a preços comportáveis.	FSE+	2	0,2%

Objetivos Estratégicos	Objetivos Políticos (PO AÇORES 2030)	Prioridades de Investimento	Objetivo Específico	Fundo	Valor (M€)	%		
			4.d Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, o envelhecimento ativo e saudável e um ambiente de trabalho saudável e bem adaptado capaz de prevenir riscos para a saúde.	FSE+	1	0,1%		
		PI 4.4 Cultura, turismo sustentável e inovação social	4.6 Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e na inovação social.	FEDER	7	0,6%		
Subtotal - FEDER				FEDER	111	9,7%		
Subtotal - FSE				FSE+	450	39,5%		
SUBTOTAL OP 4					561	49,2%		
OE5 Europa + próxima dos cidadãos	OP5 Promover a coesão territorial	PI 5.1 Valorização económica e social do território	5.1 Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas.	FEDER	16	1,4%		
SUBTOTAL OP5					16	1,4%		
OE6 Alocação específica RUP	OP6 RUP	PI 6.1 RUP	6.1 Compensação de custos adicionais nas obrigações de serviço público nos transportes inter-ilhas.	FEDER	77	6,8%		
SUBTOTAL RUP					77	6,8%		
OE7 Assistência Técnica	OP7 Assistência Técnica	PI 7.1 Assistência Técnica	7.1 Aumentar a eficiência e a eficácia da autoridade de gestão e dos organismos intermédios na execução das tarefas atribuídas.	FEDER	23	2,0%		
SUBTOTAL AT					23	2,0%		
TOTAL				PO AÇORES 2030				
				FEDER			1.140	100,0%
				FSE+			690	60,5%
					450	39,5%		

JUSTIFICAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Além da justificação da mobilização, indicam-se as potenciais tipologias de ações e beneficiários previsíveis para cada OE, sendo importante destacar que ainda há alguma incerteza nalguns aspetos respeitantes às ações, incerteza essa decorrente dos processos, ainda em curso, de preparação do Acordo de Parceria e dos Programas Operacionais (conforme já havia sido referido na Introdução).

OBJETIVO POLÍTICO 1 - PROMOVER O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, INVESTIGAÇÃO, INOVAÇÃO E A DIGITALIZAÇÃO

Prioridade de Investimento 1.1 - Investigação, desenvolvimento e inovação

Objetivo específico correspondente à prioridade de investimento (OE)

OE 1.1 **Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas**

O fomento das capacidades de I&D&I, intimamente associado à intensificação tecnológica na região, assume-se como um fator crítico para a consolidação da competitividade regional, sobretudo em domínios de especialização inteligente.

Neste sentido, os planos setoriais da RAA, relevam a importância da criação de condições necessárias para promoção de uma sociedade baseada no conhecimento, investigação e inovação, com impacto direto do tecido empresarial regional.

A situação regional em matéria de I&D&I, quando comparada com a nacional, salvaguardando os respetivos contextos e escalas, não deixa de revelar fragilidades que importa corrigir. O Sistema Científico e Tecnológico dos Açores (SCTA), embora tenha registado um desenvolvimento considerável nos últimos anos, permanece escasso em inputs tecnológicos e em vínculos estabelecidos com o setor empresarial, criando constrangimentos à transferência efetiva de resultados para a economia. Em paralelo, o tecido produtivo regional apresenta-se pouco propenso à condução de atividades de I&D&I e à adoção de tecnologias avançadas, sendo que a capacidade efetiva real em investigação tem fundamentalmente origem no setor público. De facto, de acordo com o Regional Innovation Scoreboard, em 2021 a RAA foi considerada um emerging innovator, registando um índice de inovação bastante inferior a outras regiões NUTS II.

Com a mobilização deste objetivo pretende-se contribuir para a consolidação de uma sociedade conhecimento, com impactos diretos e relevantes no desenvolvimento social e económico da RAA, através do fomento da atividade de I&D&I e do reforço da transferência efetiva de conhecimento e tecnologia para a economia.

◆ **Tipologias de Ação**

- Reforço do sistema científico e tecnológico;
- Reforço da base de conhecimento científico e tecnológico;
- Produção, transferência e incorporação de conhecimento e tecnologia nas empresas;
- Valorização da aplicação dos resultados de I&D na produção de novos bens e serviços.

◆ **Potenciais Beneficiários**

- Administração Pública;
- Institutos e Associações Públicas;
- Instituições de Ensino Superior;
- Entidades públicas e privadas sem fins lucrativos;
- Empresas.

Prioridade de Investimento 1.2 - Digitalização

Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento (OE)

OE 1.2 Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas, os organismos de investigação e as autoridades pública

As vantagens económicas e sociais inerentes ao processo de digitalização agregam uma importância adicional no contexto da RAA, tendo em conta o contexto insular e arquipelágico, pelo que a sua exploração é particularmente pertinente para o desenvolvimento local.

Historicamente, a ultraperifricidade coloca consideráveis desafios à coesão territorial e à consolidação da iniciativa empresarial regional, limitando o crescimento económico da RAA e a sua convergência com outras geografias. A transição digital permite mitigar alguns dos efeitos do distanciamento e da descontinuidade territorial, conectando a RAA entre si e além-fronteiras por via do alargamento das bases comunicacionais. Em paralelo, a digitalização está intimamente associada a incrementos de produtividade e à transmissão eficaz e eficiente de conhecimento e tecnologia. Neste enquadramento, o aproveitamento das vantagens da digitalização, de forma transversal aos vários domínios da sociedade, assume-se como um dos pilares para o desenvolvimento regional.

Os últimos anos propiciaram uma aceleração notória na transição digital na RAA. O contexto de confinamento e as restrições à circulação, inerentes à crise pandémica, reforçaram esta trajetória, promovendo um desenvolvimento rápido das competências digitais. De facto, em 2021, a proporção de indivíduos com competências digitais acima do nível básico superou a média nacional (INE, 2021).

Pese embora o significativo avanço da região em matéria de digitalização, com a mobilização deste objetivo específico, espera-se reforçar esta trajetória, de forma transversal e uniforme aos vários setores da sociedade, com o intuito de fomentar o aproveitamento dos seus impactos na região, nomeadamente os relacionados com a redução de custos de contexto, com o aumento da eficiência e produtividade do setor público e privado e fomentando a inclusão e coesão social.

- ◆ **Tipologias de Ação**
 - Iniciativas coletivas de qualificação, digitalização e capacitação do tecido produtivo;
 - Digitalização da Administração Pública.
- ◆ **Potenciais Beneficiários**
 - Administração Pública Regional e Local e outras entidades públicas.

OE 1.5 Reforçar a conectividade digital

A conectividade digital assume-se como um dos pilares do desenvolvimento sustentado e sustentável da economia Açoreana, permitindo atenuar os desafios impostos pela ultraperifricidade. A exploração das vantagens da transição digital requer o reforço e estabilização de um conjunto de condições de base no próximo período de programação.

A utilização generalizada de tecnologias digitais e a absorção completa dos benefícios associados, nomeadamente os relacionados com incrementos de produtividade, com o alargamento da base comunicacional e com o reforço da coesão social, requerem algumas reformas num conjunto de infraestruturas e recursos da Região. A realidade arquipelágica, a fragmentação territorial e o distanciamento ao continente acentuam a relevância destas reformas e, simultaneamente, elevam os desafios inerentes à sua concretização.

Neste enquadramento, a Região estabelece um compromisso firme com o reforço da conectividade digital, inclusive através da expansão da cobertura e a melhoria das condições do acesso gratuito à Rede Pública de Internet Sem Fios na RAA, do desenvolvimento de competências no âmbito da cibersegurança e da substituição da infraestrutura de fibra ótica Continente-Açores-Madeira (Anel CAM), da responsabilidade do Governo da República.

Adicionalmente, assume-se preponderante para o fomento da coesão social e da competitividade regional, promover o acesso a tecnologias emergentes, de que são exemplo o 5G, a IoT (Internet of Things), inteligência artificial, realidade aumentada, big data e cloud computing.

Neste enquadramento, com a seleção deste objetivo específico procura-se reforçar um conjunto de condições de base, particularmente pertinentes no contexto da RAA, com vista ao fortalecimento da conectividade digital e à exploração plena das vantagens sociais e económicas que lhe estão associadas.

- ◆ **Tipologias de Ação**
 - Criação de infraestruturas de base que permitam criar condições favoráveis à ampliação das infraestruturas de conectividade digital;
 - Instalação de redes de banda larga de alta velocidade.
- ◆ **Potenciais Beneficiários**
 - Administração Pública Regional e Local e outras entidades públicas.

Prioridade de Investimento 1.3 - Competitividade empresarial

Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento (OE)

OE 1.3 Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos

O apoio à consolidação das PME regionais, nomeadamente através da promoção de investimentos produtivos, deve ser encarado como um fator potenciador de ganhos de produtividade, com impacto relevante no potencial de crescimento do tecido empresarial da Região.

Neste âmbito, a RAA coloca particular ênfase no apoio ao crescimento e competitividade das micro e PME, fomentando a criação de emprego, o desenvolvimento dos mercados locais e a internacionalização das mesmas.

A posição ultraperiférica da RAA e a sua fragmentação territorial, indutoras de elevados sobrecustos de funcionamento, condicionam o crescimento sustentável das empresas regionais. De facto, o contexto produtivo e empresarial da RAA caracteriza-se pela preponderância de micro e PME – em 2019, as microempresas representavam mais de 96% das empresas da região (INE, 2021). A reduzida dimensão das empresas conduz a

vulnerabilidades económico-financeiras, a menores economias de escala, a insuficiente capacidade de inovação produtiva e a uma reduzida capacidade exportadora. Adicionalmente, a pandemia Covid-19, assim como as medidas restritivas que lhe estiveram associadas, afetaram com particular premência as PME regionais, acentuando as principais carências do tecido produtivo.

As características intrínsecas do contexto empresarial regional e a elevada vulnerabilidade a choques externos condicionam o desenvolvimento social e económico sustentado da RAA.

Face ao exposto, a promoção de investimentos produtivos que promovam uma maior competitividade das empresas, a criação de emprego, a geração de valor acrescentado e de ganhos de produtividade, assume-se como um elemento crítico para o crescimento económico Açoreano.

Neste sentido, com a mobilização deste objetivo específico procura-se robustecer o tecido empresarial regional, tornando-o menos vulnerável a choques externos e mais competitivo interna e externamente.

◆ **Tipologias de Ação**

- Incorporação de tecnologia e conhecimento nas cadeias de produção;
- Capacidade produtiva / orientação para mercados externos;
- Investimento de base territorial, visando a criação e expansão das empresas, valorizando os recursos endógenos dos territórios onde se localizam, o aumento da produção nacional e garantindo a manutenção do emprego;
- Iniciativas coletivas de qualificação e capacitação do tecido produtivo.

◆ **Potenciais Beneficiários**

- Empresas;
- Associações Empresariais (no que cabe a ações coletivas);
- Entidades Públicas envolvidas em redes (no que cabe a ações coletivas);
- Organismos que implementam instrumento financeiro ou fundos de fundo.

OE 1.4 Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo

O desenvolvimento sustentado da economia da RAA deve ancorar-se no reforço e aprofundamento das cadeias de valor do conjunto de domínios de especialização regional, definidos na RIS3 RAA para o horizonte 2030. A especialização inteligente requer o reforço de uma variedade de competências específicas e beneficia da intensificação de dinâmicas empreendedoras.

Este objetivo está alinhado com as políticas setoriais da RAA, que destacam a necessidade de investir no desenvolvimento de competências estratégicas, na capacidade de inovar e em infraestruturas tecnológicas necessárias à especialização inteligente.

O crescimento económico da RAA tem denotado dificuldades em desenvolver um tecido empresarial com forte cariz inovador, capaz de atrair e reter recursos humanos com competências técnicas alinhadas com as necessidades do perfil produtivo. O padrão de especialização económica da RAA caracteriza-se pela preponderância de setores com reduzida propensão à inovação e à adoção de novas tecnologias. Esta característica é agravada pelo facto de a Região apresentar, ainda, níveis de escolaridade aquém do padrão nacional - em 2019 apenas 36,2% da população açoriana concluiu o ensino secundário, face aos 54,9% registados a nível nacional (INE, 2021) - comprometendo a produtividade das cadeias de valor regionais.

Paralelamente, a posição ultraperiférica, associada a elevados sobrecustos, e a reduzida dimensão do mercado interno, conduzem à prevalência de cadeias de valor fragmentadas, impedindo a realização de economias de escala e comprometendo a iniciativa empreendedora.

Neste enquadramento, com a mobilização do presente objetivo específico, procura-se promover o crescimento económico RAA, sustentado e centrado em cadeias de valor associadas a domínios de especialização regional, fomentando a sua integração além-fronteiras, nomeadamente por via do desenvolvimento de competências específicas e do fomento de iniciativas empreendedoras.

◆ **Tipologias de Ação**

- Empresas e envolvente empresarial;
- Intervenientes institucionais e governação de ecossistemas de inovação.

◆ **Potenciais Beneficiários**

- Micro, Pequenas e Médias Empresas;
- Associações Empresariais (no que cabe a ações coletivas ou ações conjuntas);
- Entidades Públicas envolvidas em redes e Associações de direito privado sem fins lucrativos (no que cabe a ações coletivas ou ações conjuntas);
- Entidades gestoras dos parques de acolhimento empresarial;
- Organismos que implementam o instrumento financeiro ou o fundo dos fundos;
- Câmaras de Comércio e de Indústria e Associações de direito privado, sem fins lucrativos;
- Institutos, Agências, Empresas e Associações Públicas;
- Administração Pública Regional e Local.

OBJETIVO POLÍTICO 2 - PROMOVER A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Prioridade de Investimento 2.1 - Energia, ação climática e sustentabilidade

Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento (OE)

OE 2.1. Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa

A RAA compromete-se com o princípio da “Prioridade à Eficiência Energética” nas decisões sobre projetos de investimento no setor energético, tendo sempre presente as dimensões da sustentabilidade e do custo-eficácia. A eficiência energética e redução dos gases com efeito de estufa irá ter um papel fundamental na adaptação da economia açoriana ao novo panorama económico de transição, fortemente impulsionado pelas autoridades europeias.

Investimentos nestas áreas emergem como sendo essenciais para atingir as metas de descarbonização nacionais estabelecidas para 2030 e 2050, para promover a eficiência energética nos setores onde o consumo energético é mais significativo (com destaque para as PME e Administração), e globalmente conseguir aplicar o Plano Regional de Ação para a Eficiência Energética (PRAEE).

Assim, a prioridade ao investimento em soluções tecnológicas inovadoras que contribuam para melhorar a eficiência energética, nos diversos setores-chave (residencial e serviços, indústria, administração e transportes) são dimensões críticas a prosseguir nos próximos anos.

Num processo de continuidade no reforço da aposta na promoção de medidas de eficiência energética, deverá merecer especial enfoque a melhoria da eficiência energética nas PME e na administração local, apoiando complementarmente a transição para a utilização de energias renováveis para autoconsumo.

Neste quadro, a execução das medidas e ações que integram o instrumento setorial de referência regional, “Plano Regional de Ação para a Eficiência Energética” (PRAEE), deve estruturar a intervenção em alguns dos 8 setores-chave definidos e para os quais o PO poderá assumir-se como uma importante fonte de financiamento: Indústria, Comércio e Serviços, Administração Pública, Residencial, Transportes, Agricultura, Pescas e Renovação do Edificado.

Constitui uma das políticas públicas a implementar nos Açores com vista ao incremento da mobilidade elétrica, no sentido de promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, a substituição da frota da Administração Pública Regional por veículos menos poluentes, sobretudo veículos de emissões reduzidas de GEE, dado que grande parte da frota regional se encontra bastante envelhecida.

◆ **Tipologias de Ação**

- Medidas de eficiência energética nos equipamentos públicos da administração local e regional;
- Medidas de eficiência energética na indústria.;
- Promoção eficiência energética e redução das emissões de gases com efeito de estufa, através da substituição da frota da Administração Pública Regional por veículos elétricos.

◆ **Potenciais Beneficiários**

- Institutos, Empresas;
- Administração Pública Regional e Local e outras entidades públicas;
- Instituições Particulares de Solidariedade Social;
- Organismo que implementa o instrumento financeiro ou fundo dos fundos.

OE 2.2 Promover as energias renováveis, em conformidade com a Diretiva (UE) 2018/2001, incluindo os critérios de sustentabilidade nela estabelecidos

A localização e a dispersão territorial que marcam a Região tem um impacto muito importante ao nível do abastecimento energético externo (custo da importação de combustíveis derivados do petróleo e do gás propano), pelo que a produção regional a partir de energias renováveis (maior e melhor aproveitamento dos recursos energéticos endógenos). Por outro lado, a energia é reconhecida como um dos setores-chave para a mitigação das alterações climáticas, através do aproveitamento das fontes de energia renováveis, rumo a uma economia verde.

O reforço da aposta na produção de energias renováveis deve ser vista como uma prioridade para o período de programação dada a combinação entre o peso que as autoridades europeias lhe atribuem (Diretiva (UE) 2018/2001, por exemplo) e o enorme potencial dos Açores para estas atividades (hídrica, solar, eólica, térmica, geotérmica,...), bem como para a exploração de combustíveis renováveis.

A consolidação de uma progressiva aposta nas energias renováveis para além de contribuir para reforçar a autonomia energética regional é também fundamental para se atingirem as metas estabelecidas de descarbonização a longo prazo (2030 e 2050). O apoio à transição para a utilização de energias renováveis e incrementar o peso na produção regional de

energia elétrica são determinantes para garantir a preconizada autonomia energética regional.

◆ **Tipologias de Ação**

- Investimento em projetos de apoio à utilização e o desenvolvimento das tecnologias mais limpas na produção de eletricidade (e respetiva integração na rede);
- Investimento em projetos-piloto de produção de energia proveniente das marés, ondas e correntes marítimas, bem como a sua integração na rede;
- Investimento em projetos de diversificação da produção de energia a partir de fontes de energia renovável;
- Investimento em projetos de apoio ao autoconsumo e às Comunidades de Energia Renovável.

◆ **Potenciais Beneficiários**

- Empresas Pública de Eletricidade dos Açores;
- Produtores em regime especial.

OE 2.3 Desenvolver sistemas, redes e formas de armazenamento energéticos inteligentes fora da rede transeuropeia de energia (RTE-E)

A Região continua a ser marcada pela elevada dependência energética das importações de matérias-primas de origem fóssil e pelos elevados níveis de intensidade carbónica. Com um maior recurso às energias renováveis, a RAA irá continuar o percurso positivo de reduzir a dependência energética do exterior.

Uma gestão e distribuição eficiente da energia, preferencialmente proveniente de fontes renováveis, é essencial para o desenvolvimento sustentável da atividade produtiva regional. O investimento em projetos que contribuam para a criação de redes e formas de armazenamento energético inteligentes irão permitir reforçar a coesão territorial da RAA, facilitando o acesso a recursos indispensáveis para a produção dos mais diversos bens e serviços.

Por outro lado, a prioridade a atribuir ao desenvolvimento de sistemas de energia inteligentes e de soluções de armazenamento energético permitirão contribuir para que, até 2025, se registre uma penetração de 65% de energia limpa para obtenção de eletricidade, uma das metas de médio prazo assumidas pela Região. A aposta no desenvolvimento de soluções de armazenamento de energia, de redes e sistemas inteligentes terá um papel fundamental para equilibrar o ciclo diário da procura com a oferta de energia renovável.

◆ **Tipologias de Ação**

- Investimento em sistemas de armazenamento de energia;
- Investimento em zonas-piloto para teste de novas tecnologias com aplicação na área da energia;
- Investimento em projetos de gestão e otimização de sistemas de produção e consumo de energia;
- Sensorização para a otimização da gestão da rede.

◆ **Potenciais Beneficiários**

- Empresas Pública de Eletricidade dos Açores;
- Produtores em regime especial.

OE 2.4 Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas

A RAA assume-se como uma região particularmente vulnerável a eventos naturais adversos e extremos, relacionados com as alterações climáticas, com destaque para a erosão do litoral, galgamentos oceânicos e atividade sísmica. Nesse sentido, a seleção deste objetivo específico justifica-se pela necessidade de reforçar medidas de prevenção, resiliência e combate aos efeitos das alterações climáticas.

A elevada exposição a riscos naturais como sejam os sismos, as tempestades, a instabilidade dos solos e as derrocadas, e os riscos e vulnerabilidades que lhes estão associados, geram a necessidade de garantir respostas adequadas e atempadas dos principais atores locais e regionais. Neste quadro, o aprofundamento dos conhecimentos técnicos e científicos especializados é fundamental, permitindo uma compreensão mais rigorosa dos fenómenos, assim como a monitorização em tempo real dos territórios mais vulneráveis aos mesmos, o que contribuirá para uma melhor prevenção e eficácia de resposta.

Concomitantemente, as medidas a adotar permitirão a valorização do território e a construção de uma sociedade mais resiliente e adaptada aos efeitos das alterações climáticas.

◆ **Tipologias de Ação**

- Investimentos que concorram para a melhoria do conhecimento e da perceção do risco;
- Investimento em medidas de prevenção, preparação e proteção das áreas afetadas por inundações e recuperação das linhas de água;
- Investimento em renovação e requalificação de infraestruturas para mitigação do risco de erosão;

- Investimento na adaptação das infraestruturas portuárias e na gestão do litoral à subida do nível médio do mar;
- Intervenções direcionadas para o fortalecimento e resiliência das zonas costeiras aos riscos;
- Intervenções de proteção, estabilização e requalificação das zonas costeiras;
- Investimento em sistemas de monitorização, alerta e intervenção em caso de eventos extremos;
- Ações de capacitação e divulgação de informação sobre os riscos naturais, assim como sobre práticas a adotar no sentido de minimizar os seus impactos;
- Investimento na proteção das ribeiras e linhas de água;
- Investimento na recuperação e reabilitação de ecossistemas;
- Investimento na prevenção ou mitigação dos riscos de derrocada de taludes;
- Meios materiais para a proteção civil;
- Medidas estruturantes previstas no Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores, no Plano de Gestão de Riscos de Inundações dos Açores e no Plano de Gestão de Secas e Escassez, não incluídas nas tipologias anteriores;
- Medidas estruturantes previstas nos Planos de Ordenamento da Orla Costeira, dos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas, não incluídas nas tipologias anteriores.

◆ **Potenciais Beneficiários**

- Administração Pública Regional e Local e outras entidades públicas;
- Serviços de proteção civil.

OE 2.5 Promover o acesso à água e a gestão sustentável da água

O reforço do acesso à água e da gestão eficiente deste recurso na RAA assume-se como prioritária, com o intuito de promover uma utilização mais eficiente e contribuir, entre outras, para o desenvolvimento de infraestruturas rurais e para a agrotransformação.

A terceira fase de implementação do Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores deverá ocorrer neste período de programação e aproveitar o financiamento disponibilizado, nomeadamente em termos de recuperação e salvaguarda da qualidade das massas de água, assegurando novas soluções para a recuperação do estado trófico das massas de águas degradadas (algumas em acentuado estado de eutrofização).

O investimento em infraestruturas de abastecimento de água no espaço rural e a otimização da utilização e gestão da água (disponível e potencial) para os diversos usos, a par da avaliação e monitorização dos recursos hídricos corporizam uma estratégia regional integrada de promoção e garantia da qualidade da água e de melhoria dos serviços prestados à população.

As mudanças positivas que têm ocorrido na Região, resolvendo parte dos atrasos estruturais que a marcavam, deverão ser incrementadas face à persistência de algumas situações de degradação da qualidade da água (eutrofização das águas superficiais e de intrusão salina nas águas subterrâneas), da quantidade disponibilizada de forma regular e do seu tratamento. A expansão e/ou reabilitação de redes de abastecimento de água, o incremento da capacidade de armazenamento e a monitorização e resolução das perdas na rede devem ser áreas prioritárias de atuação nos próximos anos.

◆ **Tipologias de Ação**

- Investimento em projetos de construção de infraestruturas de abastecimento de água e de águas residuais;
- Investimento adicionais na reutilização, resiliência, modernização e descarbonização dos sistemas;
- Medidas estruturantes previstas no Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores, não incluídas nas tipologias anteriores;
- Medidas estruturantes previstas nos Planos de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas, não incluídas nas tipologias anteriores.

◆ **Potenciais Beneficiários**

- Administração Pública e outras entidades públicas.

OE 2.6 Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos

Os recursos materiais deverão ser utilizados de forma mais eficiente para produzir riqueza e aumentar a sua produtividade. A taxa de cobertura de matérias-primas por materiais recuperados em Portugal e na RAA é uma das mais baixas da União Europeia. Acresce que a transição para uma economia mais circular é fulcral para o combate e minoração dos riscos inerentes às alterações climáticas (o alargamento da economia circular aos agentes económicos contribuirá de forma decisiva para que se alcance a neutralidade climática até 2050 e para dissociar o crescimento económico da utilização dos recursos, mantendo a competitividade).

Em paralelo, a gestão eficiente da utilização de recursos assume-se como um fator crítico para a sustentabilidade e competitividade das empresas regionais, em particular em setores de atividade de especialização regional. A transição para a economia circular, assente em práticas, ações e comportamentos sustentáveis deve contribuir para aumentar a eficiência dos recursos, nomeadamente nas PME em setores como o agrorural e agroalimentar.

◆ **Tipologias de Ação**

- Recolha de resíduos (primordialmente em sistemas em baixa);
- Tratamento de resíduos (primordialmente em sistemas em alta);
- Investimentos em equipamentos de recolha de RSU e melhoria e reforço da rede de ecopontos;
- Investimentos na melhoria das estruturas e redes existentes destinadas à recolha, triagem, tratamento e valorização de resíduos;
- Ações de capacitação e de conhecimento dos comportamentos (desperdício alimentar, segregação na origem, recolha seletiva de bio resíduos);
- Ações de sensibilização para a promoção de práticas de consumo e comportamentos sustentáveis para a população e empresas;
- Investimento em soluções para o reforço da circularidade no sector da construção civil e obras públicas;
- Investimento em medidas de dinamização da economia circular.

◆ **Potenciais Beneficiários**

- Administração Pública e outras entidades públicas;
- Empresas.

OE 2.7 Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição

O investimento na preservação da natureza e da biodiversidade é fundamental para a RAA, dado que estes constituem importantes elementos de diferenciação regional, transversais aos vários setores de especialização regional, como sejam a agricultura e produção animal e o turismo.

A seleção deste objetivo específico justifica-se pela necessidade de reforçar as medidas de proteção e preservação da natureza e de redução de todas as formas de poluição. Uma política de defesa dos ecossistemas marinhos e costeiros, de qualificação ambiental, de conservação da natureza, de proteção da biodiversidade, de gestão dos recursos naturais é determinante para garantir a sustentabilidade regional e reforçar as dinâmicas e os elementos estruturadores dos ativos naturais enquanto âncoras de desenvolvimento turístico.

A investigação e gestão marinha e dos recursos naturais, a conservação da natureza e proteção da biodiversidade, a promoção da economia azul e verde serão dimensões estruturadoras da aposta a prosseguir, sendo igualmente fundamentais no quadro dos compromissos assumidos nacional e internacionalmente pela RAA, como a revisão da rede das áreas marinhas protegidas dos Açores, a implementação da Diretiva-Quadro Estratégia

Marinha (DQEM), da Diretivas Aves e Habitats da Rede Natura 2000 (RN2000) e da Diretiva Quadro da Água (DQA), bem como para a prossecução de políticas setoriais, plasmadas no Plano Regional para as Alterações Climáticas e no Plano de Gestão da Região Hidrográfica dos Açores.

A aposta consistente no desenvolvimento turístico é indissociável de uma melhor qualidade ambiental, de novas formas de promoção e conservação da natureza e da biodiversidade, de uma gestão mais adequada dos recursos hídricos. Enquanto dimensões qualificadoras do território, concorrem para gerar uma paisagem qualificada e distintiva, para o desenvolvimento de ativos turísticos diferenciadores e, em última instância, para a atração e/ou fixação de pessoas e atividades, para o desenvolvimento do empreendedorismo de base local, a captação de investimentos e a geração de emprego qualificado.

A projeção e notoriedade internacional da paisagem e do ambiente natural que caracterizam a RAA conferem um enorme potencial de valorização económica da biodiversidade, dos espaços naturais e marinhos. A melhoria das condições de visitaç o e fruic o desses espa os enquadram-se igualmente nessa estrat gia de afirma o tur stica regional   escala internacional.

◆ Tipologias de A o

- A es de recupera o e prote o de esp cies amea adas e/ou com estado de conserva o desfavor vel e habitats naturais com estado de conserva o desfavor vel;
- Investimentos na requalifica o das margens das lagoas;
- Recupera o e valoriza o de espa os naturais;
- Cria o de circuitos de interpretativos e de infraestruturas de apoio   visita o;
- A es de controlo e erradica o de plantas invasoras;
- Amplia o da Rede de Observa o de Aves;
- A es de recupera o de ecossistemas degradados ou sujeitos a impactes severos;
- A es de adapta o  s altera es clim ticas em  reas relevantes para a biodiversidade;
- Cria o de infraestruturas verdes;
- Refloresta o, embelezamento e cria o de espa os verdes nos terrenos adjacentes   rede vi ria.

◆ Potenciais Benefici rios

- Administra o P blica;
- Entidades P blicas e Privadas Sem Fins Lucrativos.

OE 2.8 Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono

A existência de uma rede de mobilidade terrestre eficiente e sustentável é essencial para assegurar e reforçar a coesão territorial e garantir o desenvolvimento económico-social nos centros urbanos regionais. A mobilização deste objetivo específico explica-se pela necessidade de tornar os meios de transporte urbanos mais sustentáveis e reduzir a intensidade carbónica, capazes de contribuir positivamente para o combate às alterações climáticas.

A geração de novos padrões de mobilidade, mais sustentáveis, assegurando as necessidades de deslocação dos residentes, mas também dos visitantes/turistas, num quadro de sustentabilidade económico-financeiro e ambiental e de melhoria da qualidade de vida, é determinante na RAA.

A redução do peso relativo do consumo energético nos transportes, apostando no reforço das condições para a difusão da mobilidade sustentável nas diferentes ilhas do arquipélago, é uma aposta assumida como prioritária na RAA. A transferência modal e a transição do setor dos transportes para veículos menos poluentes, depende do investimento em infraestruturas e meios de transporte destinados ao reforço da mobilidade sustentável e em infraestruturas de carregamento elétrico ou abastecimento de combustíveis alternativos.

◆ Tipologias de Ação

- Criação de ciclovias e infraestruturas para mobilidade suave;
- Expansão da rede de carregamento de veículos elétricos em edifícios públicos;
- Investimentos no reforço da intermodalidade, favorecendo a transição para mobilidade suave e ativa, incluindo a qualificação de interfaces e paragens de transportes públicos;
- Soluções de mobilidade partilhada;
- Mobilidade ativa e comportamentos mais eficientes;
- Sistema de incentivos à renovação do transporte coletivo de passageiros.

◆ Potenciais Beneficiários

- Empresas de transporte público coletivo de passageiros;
- Administração Pública Regional e Local;
- Entidade que se venha a constituir responsável pela implementação da rede de postos de carregamento elétrico;
- Organismos que implementam o instrumento financeiros ou fundo dos fundos.

OBJETIVO POLÍTICO 3 - DESENVOLVER A MOBILIDADE

Prioridade de Investimento 3.1 - Acessibilidades

Objetivo específico correspondente à prioridade de investimento (OE)

OE 3.2 Desenvolver e reforçar uma mobilidade nacional, regional e local sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente e intermodal, inclusive melhorando o acesso à RTE-T e a mobilidade transfronteiriça

O desenvolvimento do sistema de mobilidade regional, reforçando a sua integração, intermodalidade e sustentabilidade, revela-se fundamental para o desenvolvimento económico e social da RAA. A realidade arquipelágica coloca desafios específicos à criação de ligações com o exterior e à movimentação de pessoas e mercadorias no interior da Região. Nesse sentido, pretende-se a melhoria das acessibilidades internas e externas como um pilar estratégico para a coesão social, económica e territorial.

A posição ultraperiférica da RAA (associada a uma maior ocorrência de eventos climáticos extremos), assim como a reduzida dimensão do mercado interno, a ausência de economias de escala e a descontinuidade territorial, colocam particular ênfase na necessidade de reforçar a eficiência das ligações rodoviárias, marítimas e aéreas.

O transporte rodoviário assume-se como preponderante nas deslocações no interior de cada ilha. Por sua vez, a movimentação entre ilhas e para o exterior realizam-se exclusivamente por via aérea ou marítima. Pese embora as melhorias promovidas nos últimos anos em matéria de mobilidade (tal como destacado no Plano de Transportes para os Açores para o período 2021-2030), importa considerar a intensificação significativa da movimentação de pessoas e mercadorias – entre 2015 e 2019, o fluxo de passageiros aumentou 29% e o fluxo de cargas aumentou 19% via marítima e aérea (INE, 2021) -, colocando pressão no sistema de mobilidade e pondo em evidência a necessidade de reforço e adaptação do mesmo.

Com a mobilização deste objetivo específico, procura-se aumentar a eficiência, a sustentabilidade, a resiliência e a segurança da mobilidade regional, assim como reforçar a acessibilidade externa à RAA melhorando o acesso à Rede Transeuropeia de Transportes (RTE-T). Espera-se, assim, contribuir para o reforço da coesão territorial, para o alargamento da base económica regional e para a resistência às alterações climáticas.

- ◆ **Tipologias de Ação**
 - Sistema portuário;
 - Sistema aeroportuário;
 - Sistema rodoviário.

- ◆ **Potenciais Beneficiários**
 - Administração Pública e outras entidades públicas;
 - Empresas Públicas.

ANTEPROPOSTA

OBJETIVO POLÍTICO 4 - PROMOVER ESTRATÉGIAS PARA A COESÃO SOCIAL

Prioridade de Investimento 4.1 - Educação e aprendizagem ao longo da vida

Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento (OE)

OE 4.2. Melhorar o acesso equitativo a serviços inclusivos e de qualidade na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento de infraestruturas acessíveis, nomeadamente através da promoção da resiliência no que diz respeito à educação e formação à distância e em linha

Os Açores têm a taxa de escolarização de nível secundário mais baixa do país, bem como a mais baixa taxa de participação de adultos (25-64) na educação e formação (Eurostat, 2020) pelo que se torna fundamental criar condições para melhorar a igualdade de acesso à educação e formação. Esta beneficia da adaptação das infraestruturas e equipamentos pedagógicos e tecnológicos, tendo em vista aumentar a procura e a adequação da oferta a áreas chave para o desenvolvimento regional.

A RAA prioriza a necessidade de requalificar as infraestruturas do sistema educativo e de implementar opções de ensino à distância. Os desafios em presença convocam a aposta na promoção de um sistema educativo mais equitativo e resiliente, nomeadamente melhorando a qualidade das infraestruturas e recursos pedagógicos, tornando-os mais acessíveis e mais ajustados às tendências de afirmação da digitalização e da transição climática.

Com a mobilização deste objetivo específico visa-se contribuir para combater o problema estrutural das baixas qualificações da Região e aumentar a atratividade das ofertas, em particular de nível superior, de forma a aumentar a taxa de diplomados com ensino superior na região.

No âmbito das políticas de solidariedade social, como medida essencial de combate ao problema demográfico, verifica-se a necessidade de realização intervenções a nível de infraestruturas em creches, com vista à progressiva universalidade da gratuidade das creches na Região.

◆ Tipologias de Ação

- Reforço de infraestruturas de apoio social e de educação;
- Adequação das infraestruturas e equipamentos pedagógicos a novos métodos de ensino;
- Requalificação de infraestruturas de modo a promover uma maior acessibilidade e igualdade de oportunidades para a população.

- ◆ **Potenciais Beneficiários**

- Administração Pública Regional e Local;
- Estabelecimentos de ensino e formação do sistema educativo regional, da rede pública;
- Instituições de ensino superior.

OE 4f Promover a igualdade de acesso e a conclusão, em especial por parte dos grupos desfavorecidos, de um percurso de educação e formação inclusivo e de qualidade, desde a educação e acolhimento na primeira infância até ao ensino superior, passando pelo ensino e formação gerais e vocacionais, bem como a educação e aprendizagem de adultos, facilitando, nomeadamente, a mobilidade para fins de aprendizagem para todos e a acessibilidade para as pessoas com deficiência

A aposta em ofertas de natureza profissionalizante tem um efeito positivo na redução do abandono escolar e na melhoria do sucesso educativo, com reflexos no aumento das taxas de conclusão. No ano letivo 2018/2019, de acordo com dados do INE, a taxa de retenção e desistência da Região foi de 12% no 3^a ciclo do ensino básico, versus uma média nacional de 5,8%, o que ilustra os desafios enfrentados pela RAA.

A diversificação do sistema educativo tem sido igualmente importante para melhorar o sucesso educativo de jovens com percursos escolares de insucesso, nomeadamente entre comunidades mais desfavorecidas. Esta atenção à igualdade de oportunidades no acesso e conclusão da educação revela a pertinência e a necessidade de criar modelos de educação individualizados é referenciada como sendo fundamental. O Governo Regional pretende dar prioridade à individualização do ensino no 1^o ciclo do ensino básico e ao investimento no apoio dos docentes a alunos de ensino especial, de maneira a garantir uma maior igualdade de oportunidades e inclusão social.

Por outro lado, poderá haver apoios ao incentivo de jovens em ingressar no ensino superior.

Este objetivo específico assume assim uma importância fulcral para contrariar a situação de desvantagem da região no domínio da educação e formação, aumento a proporção de diplomados do ensino secundário e de graduados com ensino superior.

- ◆ **Tipologias de Ação**

- Ofertas de educação/formação e projetos de apoio pedagógico que visam reduzir o abandono precoce de educação e formação e o insucesso escolar;
- Programas de formação avançada e incentivos ao ingresso no ensino superior.

- ◆ **Potenciais Beneficiários**

- Administração Pública Regional;
- Estabelecimentos de ensino e formação do sistema educativo regional, rede pública e privada;
- Entidades formadoras certificadas.

OE 4g Promover a aprendizagem ao longo da vida, em especial através de oportunidades flexíveis de melhoria de competências e de requalificação para todos, tendo em conta as competências nos domínios do empreendedorismo e do digital, antecipar melhor a mudança e as novas exigências em matéria de competências com base nas necessidades do mercado de trabalho, facilitar as transições de carreira e fomentar a mobilidade profissional

A aprendizagem ao longo da vida é essencial para a atualização das competências dos trabalhadores e para melhorar o matching entre as competências dos trabalhadores e as necessidades das empresas (nomeadamente nas áreas da gestão e do digital).

A aposta na formação profissional está expressa no Programa do XIII Governo. O Governo Regional pretende, em particular, aumentar a especialização das formações profissionais oferecidas, a quantidade de cursos de requalificação e formação contínua, e reforçar os serviços de apoio à reabilitação profissional das pessoas com deficiência e/ou incapacidade.

O agravamento das diferenças entre os níveis de formação dos trabalhadores e a oferta de trabalho pelas empresas constitui uma ameaça ao desenvolvimento da inclusão social nos Açores, admitindo por isso a necessidade de investir na oferta e na atração de alunos para cursos de formação profissional e de requalificação. A promoção da aprendizagem ao longo da vida deve por isso ser olhada como essencial para que se consiga criar uma população ativa mais resiliente a eventuais choques e mudanças tecnológicas, e consequentemente mais capaz de transitar entre profissões e empregos.

◆ **Tipologias de Ação**

- Ações de aquisição, requalificação e certificação de competências que permitam a reconversão profissional;
- Ações de formação de certificação escolar ou de dupla certificação para adultos;
- Formação de ativos;
- Formação de formadores.

◆ **Potenciais Beneficiários**

- Empresas Privadas;
- Administração Pública Regional;
- Autarquias Locais;

- Estabelecimentos de ensino e formação do sistema educativo regional, rede pública e privada;
- Entidades formadoras certificadas.

Prioridade de Investimento 4.2 - Saúde e inclusão social

Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento (OE)

OE 4.3 Promover a inclusão socioeconómica das comunidades marginalizadas, dos agregados familiares com baixos rendimentos e dos grupos desfavorecidos, incluindo as pessoas com necessidades especiais, através de ações integradas, incluindo habitação e serviços sociais

Este objetivo específico encontra-se alinhado com uma estratégia global regional e integrada entre a “Agenda para a Habitação nos Açores 2020-2031”, com o objetivo promoção de políticas de acesso à habitação permanente e com a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social 2018-2028.

Embora a RAA tenha realizado investimentos relevantes na qualificação da rede de sistemas sociais, importa dar continuidade a essa aposta de maneira a combater os impactos da pandemia e no sentido de assegurar que as respostas e serviços existentes respondem às carências das franjas mais desfavorecidas da população. Em 2019, de acordo com dados do INE, 15,7% das habitações encontravam-se sobrelotadas, face a uma média nacional que se fixou nos 9,5%. Estes dados refletem a necessidade de um maior e mais consistente investimento na área da habitação e dos serviços sociais, dois vetores fundamentais para a coesão territorial e a inclusão social na Região.

Nesta perspetiva, espera-se contribuir para a promoção a inclusão socioeconómica de comunidades marginalizadas, de agregados familiares com menores rendimentos e grupos desfavorecidos da população, aumentando o acesso à habitação e a serviços sociais essenciais para uma vida digna.

◆ **Tipologias de Ação**

- Reconversão e adaptação de edifícios para habitação social;
- Recuperação e construção de fogos destinados a habitação pública social.

◆ **Potenciais Beneficiários**

- Administração Pública.

OE 4.5 Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, fomentar a resiliência dos sistemas de saúde, inclusive dos cuidados de saúde primários, e promover a transição dos cuidados institucionais para os cuidados centrados na família e de proximidade

No contexto atual de pandemia e envelhecimento da população, a igualdade de acesso a cuidados de saúde e garantia da proximidade dos serviços às comunidades, emergem como uma prioridade central para a promoção da inclusão social e coesão territorial na RAA, que pelas suas características geográficas enfrenta sempre dificuldades acrescidas de acessibilidade.

No âmbito das políticas estratégicas da RAA destaca-se a necessidade de combater as políticas “hospitalocêntricas”, e por isso é enfatizada a valorização do “Centro de Saúde” e o papel fundamental que este pode desempenhar na descentralização da prestação de cuidados de saúde. Para além disso, reforça-se a urgência de melhorar a resposta dada às populações pelo Serviço Regional de Saúde, embora reconheçam os desafios levantados pela dispersão territorial e baixa densidade populacional de algumas ilhas, características que justificam o investimento no reforço das equipas e na digitalização de serviços. Neste quadro, mantém-se a necessidade de dar continuidade ao investimento em infraestruturas e equipamentos de saúde, contribuindo para a promoção da igualdade de acesso à saúde e a descentralização dos cuidados.

No que respeita ao envelhecimento da população e às novas tendências sociais, associadas à evolução tecnológica, que se traduz em um aumento da procura de serviços sociais e de saúde, tornou-se premente a promoção de investimentos em infraestruturas para idosos, na sua ampliação e melhoria, incluindo centros de dia e cuidados continuados integrados.

◆ **Tipologias de Ação**

- Ações de transição dos cuidados institucionalizados para cuidados centrados na família e de proximidade;
- Reforço das infraestruturas sociais e de saúde;
- Ações de transição dos cuidados institucionalizados para cuidados centrados na família e de proximidade.

◆ **Potenciais Beneficiários**

- Administração Pública Regional e Local;
- Institutos, Empresas e Associações Públicas;
- Entidades públicas e privadas sem fins lucrativos.

OE 4h Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa, e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos

A pandemia veio agravar muitas desigualdades que já existiam na Região, afetando em especial as comunidades mais desfavorecidas, e exige por isso um reforço dos investimentos nos apoios à inclusão ativa, tendo como referência o papel determinante que a inclusão profissional exerce sobre a inclusão social. Neste sentido, esta área torna-se de grande relevância para o desenvolvimento da RAA, bem como a necessidade de promover a igualdade de oportunidades e melhorar a empregabilidade das populações, através da dinamização das medidas incluídas em programas como o Mercado Social de Emprego.

Este objetivo específico assume-se como sendo fundamental para o desenvolvimento dos Açores, uma Região ameaçada por um ambiente económico suscetível de sofrer os efeitos nefastos do desemprego e do aumento da população inativa.

Neste contexto, a mobilização deste objetivo específica visa contribuir para diminuir a taxa de desemprego, incluindo o desemprego de longa duração, aumentar a proporção da população com o nível secundário de educação e favorecer o acesso ao mercado de trabalho de segmentos da população mais desfavorecidos.

◆ Tipologias de Ação

- Integração de grupos vulneráveis no mercado de trabalho;
- Projetos de intervenção/inação social;
- Ações de formação para grupos vulneráveis;
- Ações de formação para colaboradores da economia social;
- Capacitação de públicos desfavorecidos.

◆ Potenciais Beneficiários

- Entidades formadoras certificadas;
- Institutos públicos,
- Instituições Particulares de Solidariedade Social;
- Administração Pública Regional.

OE 4m Combater a privação material através da distribuição de alimentos e/ou de assistência material de base às pessoas mais carenciadas, incluindo às crianças, e proporcionar medidas de acompanhamento para a sua inclusão social

A crise pandémica provocou um crescimento acentuado do número de pessoas em risco de pobreza e exclusão. Consequentemente, a procura por alimentos e/ou assistência material de base aumentou significativamente durante os últimos dois anos em Portugal e na RAA. Esta situação infelizmente potência problemas de insegurança alimentar e desigualdade, no acesso a bens de primeira necessidade.

O combate destes riscos surge por isso como uma área central para o próximo período de programação. A promoção da solidariedade social na região é revelada pela necessidade e vontade de se desenvolver uma Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social, demonstrando por isso um foco em fazer face às privações e desigualdades que se agravaram recentemente e que impactam cada vez mais pessoas. Para além disso, é também necessário e imperioso dar especial atenção à situação das crianças e dos jovens da região.

De acordo com dados do INE, em 2019 e por isso antes do período pandémico, a taxa de privação material nos Açores já se encontrava cerca de 13 pontos percentuais acima da média nacional, o que demonstra claramente a importância da mobilização deste objetivo específico e a sua centralidade para a região até 2030.

Este objetivo será concretizado por programa nacional de combate à privação material.

◆ **Tipologias de Ação**

- Serão definidas para o todo nacional, pela entidade que irá gerir o programa nacional de combate à pobreza.

◆ **Potenciais Beneficiários**

- Administração Pública Regional.

Prioridade de Investimento PI 4.3 - Emprego

Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento (OE)

OE 4a **Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação para todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, para os desempregados de longa duração e os grupos desfavorecidos no mercado de trabalho, e para as pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social**

Entre 2013 e 2020 a taxa de emprego da população ativa evoluiu de 70 para 71% (Eurostat) e no segmento dos mais jovens, aqueles que não trabalham nem estudam (NEET) são em maior proporção na Região, face às restantes regiões do país. Por outro lado, em 2030, de acordo com projeções do INE, o saldo migratório nos Açores será negativo (excluindo o cenário otimista), contrariamente ao que se espera a nível nacional. O posicionamento desfavorável da região na dimensão do emprego justifica a importância de dar continuidade a políticas de apoio ao acesso ao mercado de trabalho e, em particular, à integração dos jovens, dado ser esta uma condição crucial para o combate às desigualdades e êxodo do território.

Em linha com esta preocupação, verifica-se a necessidade de investir em programas de apoio à empregabilidade de comunidades desfavorecidas e reduzir a dimensão temporária e precária do estágio.

Neste âmbito, importa reforçar o apoio aos candidatos a emprego, beneficiando da experiência com a implementação da Garantia para a Juventude e contribuindo para o aumento da taxa de participação dos jovens e adultos no mercado de trabalho.

◆ Tipologias de Ação

- Melhoria da transição para o mercado de trabalho;
- Apoios à contratação e à melhoria da qualidade do emprego;
- Promoção da criação do próprio emprego;
- Reforço das estruturas de apoio ao emprego.

◆ Potenciais Beneficiários

- Administração pública regional.

OE 4c Promover uma participação equilibrada em termos de género no mercado de trabalho, condições de trabalho equitativas e uma melhor conciliação entre a vida profissional e a vida privada, nomeadamente através do acesso a serviços de acolhimento de crianças e de cuidados a pessoas dependentes a preços comportáveis

A igualdade entre géneros das condições de acesso e participação no mercado de trabalho deve ser promovida na Região para reforçar o combate às desigualdades.

Pretende-se tornar o crescimento económico mais inclusivo e promover a coesão social, e nesse sentido o equilíbrio entre géneros no mercado de trabalho surge como um vetor de ação fulcral. Ainda que o progresso nesta área tenha sido importante nas últimas décadas, as desigualdades entre homens e mulheres continuam a subsistir no mercado de trabalho da Região. De acordo com dados do INE, em 2019, a proporção média dos homens na população empregada açoriana foi cerca de 4 pontos percentuais superior à média nacional. Deve, por isso, ser dada continuidade ao desenvolvimento de respostas promotoras da conciliação entre a vida pessoal e profissional, visando o crescimento do peso das mulheres na população ativa, e conseqüentemente a criação de um mercado de trabalho mais equitativo.

Por outro lado, a aposta no aumento do número de mulheres em postos de chefia e nas áreas STEAM e TIC através do combate contra o peso dos “papeis de género” e dos estereótipos na sociedade deve também ser prioritário até 2030, no sentido de eliminar os efeitos negativos de segregação e desigualdade que estes produzem.

◆ **Tipologias de Ação**

- Criação de melhores condições de apoios à conciliação entre o trabalho, vida pessoal e vida familiar;
- Promoção da igualdade de género no trabalho;
- Promoção da participação das mulheres nas áreas STEAM e TIC.

◆ **Potenciais Beneficiários**

- Administração Pública Regional.

OE 4d Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, o envelhecimento ativo e saudável e um ambiente de trabalho saudável e bem-adaptado capaz de prevenir riscos para a saúde

O contexto atual de constante transformação e marcado por consideráveis níveis de incerteza, põe em evidência a dificuldade de sinalizar/antecipar as necessidades do mercado,

assim como acentua o desafio de adaptação dos recursos humanos e a necessidade de reforçar a mobilização de recursos humanos qualificados pelo tecido empresarial. Paralelamente, o prolongamento da idade ativa dos trabalhadores coloca particular relevância no apoio ao envelhecimento ativo.

A implementação de políticas que permitam um envelhecimento cada vez mais ativo da população açoriana, tanto no trabalho como no resto das suas atividades revela-se fundamental. Uma tal aposta visa contribuir para estilos de vida mais saudáveis e, por consequência, também uma maior capacidade de adaptação dos agentes económicos a possíveis choques que venham a ocorrer na Região. O reforço da formação ao longo da vida e a contratação de recursos humanos cada vez mais qualificados é igualmente essencial, pois permitirá às empresas tornarem-se mais resilientes e competitivas, graças a uma maior capacidade de acompanhar as tendências económicas.

A seleção deste objetivo específico justifica-se, assim, pela necessidade de reforçar medidas de estímulo da adaptabilidade do tecido empresarial, incluindo a sua maior capacidade de absorver e reter recursos humanos altamente qualificados, a par da criação de um ambiente de trabalho saudável, adaptado à mudança e alinhado com o envelhecimento ativo dos recursos humanos.

- ◆ **Tipologias de Ação**
 - Formação de ativos em contexto de trabalho.

- ◆ **Potenciais Beneficiários**
 - Empresas;
 - Empresários em nome individual;
 - Entidades formadoras certificadas;
 - Administração pública regional e local;
 - Entidades sem fins lucrativos.

Prioridade de Investimento 4.4 - Cultura, turismo sustentável e inovação social

Objetivo específico correspondente à prioridade de investimento (OE)

OE 4.6 Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e na inovação social

O papel da cultura é fundamental no processo de construção da Autonomia da Região pois esta atende à necessidade de desenvolver parcerias entre autarquias, estruturas artísticas e sistema educativo de maneira a promover a inclusão social da população, nomeadamente, das comunidades mais marginalizadas. O turismo envolve também um importante papel estratégico para a RAA, nomeadamente devido ao seu contributo para o aumento das exportações e para o desenvolvimento das Economias Verde e Azul, enquadrado pelo “Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável para a década 2021-2030”.

Neste contexto, pretende-se aliar o papel do turismo e do setor da cultura enquanto promotores de desenvolvimento e coesão social, potenciando os recursos naturais e culturais únicos da região e reforçando a capacidade de os agentes locais melhor articularem ações de promoção dos recursos turísticos, de qualificação do património e de valorização e promoção da cultura, ampliando a escala das intervenções e os seus efeitos no desenvolvimento económico e social.

◆ **Tipologias de Ação**

- Capacitação, valorização e dinamização das indústrias e comunidades criativas;
- Requalificação/construção de infraestruturas culturais, valorização e promoção da cultura.

◆ **Potenciais Beneficiários**

- Administração pública;
- Entidades públicas e privadas sem fins lucrativos.

OBJETIVO POLÍTICO 5 - PROMOVER A COESÃO TERRITORIAL

Prioridade de Investimento 5.1 - Valorização económica e social do território

Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento (OE)

OE 5.1 Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas

A Região Autónoma dos Açores é definida por uma situação geográfica insular e arquipelágica na qual o sistema de centros urbanos regional e de cada uma das ilhas desempenha um papel vital para a competitividade e a coesão social e económica.

O sistema urbano regional, conforme estabelecido pelo Plano Regional de Ordenamento do Território (Decreto Legislativo Regional n.º 26/2010/A) é definido por um triângulo estruturante (Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta), onde se localizam os principais centros de decisão política e económica e os equipamentos públicos de hierarquia superior. Pese embora o destaque de Ponta Delgada, uma das duas principais portas logísticas regionais, a aposta mais racional para este território continua a ser a de um sistema urbano policêntrico, reforçando as complementaridades (mantendo mesmo alguma redundância, no caso de serviços de ordem superior em que a proximidade física seja determinante) entre as três principais cidades. Ao nível de cada uma das 9 ilhas, o sistema urbano é definido por uma rede de aglomerações com funções de sede de concelho, onde se concentra a oferta de bens e serviços fundamentais.

A qualificação urbana e ambiental desta rede de polarizações e o seu robustecimento na provisão de Serviços de Interesse Geral e de apoio à competitividade económica é essencial, em complementaridade com as demais prioridades regionais para a superação dos problemas de desenvolvimento e coesão regional e para promover um desenvolvimento mais integrado, inclusivo e próximo, não só daqueles que residem nas principais aglomerações, como também os que beneficiam destas polarizações.

◆ Tipologias de Ação

- Competitividade urbana e internacionalização;
- Mobilidade urbana intermodal;
- Ações que visem concretizar estratégias de descarbonização;
- Especialização e competitividade;
- Regeneração urbana;
- Reforço do papel da cultura, afirmação de Identidade;

- Atração de talento e estratégias criativas;
- Estruturação e provisão de Serviços de Interesse Geral;
- Estratégias de descarbonização e eficiência energética;
- Transportes e mobilidade urbana sustentável;
- Competitividade urbana e integração em redes internacionais;
- Especialização (e.g. digitalização, economia circular e resíduos);
- Qualificação do ambiente urbano e adaptação climática.
- Experimentação de empreendedorismo e inovação social em contexto urbano;
- Abordagens de combate ao abandono escolar e insucesso escolar;
- Capacitação de redes e atores de animação social e cultural.

◆ **Potenciais Beneficiários**

- Administração Pública;
- Autarquias Locais
- Institutos e Associações Públicas;
- Entidades públicas e privadas sem fins lucrativos;
- Associações sem fins lucrativos de natureza científica.

OBJETIVO POLÍTICO 6 - ALOCAÇÃO ESPECÍFICA RUP

Prioridade de Investimento 6.1 RUP – Região Ultraperiférica

Objetivo específico correspondentes à prioridade de investimento (OE)

OE 6.1 Compensação de custos adicionais nas obrigações de serviço público nos transportes inter-ilhas

Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em dezembro de 2009, em termos jurídicos estão bem definidas as disposições específicas para as Regiões Ultraperiféricas da União Europeia (RUP), em que se integra a Região Autónoma dos Açores. O artigo 349.º do Tratado sobre o funcionamento da União Europeia refere, por sua vez, a situação específica das RUP na preparação das políticas europeias, designadamente em certos domínios bem identificados.

Em termos das condicionantes e entraves de ordem física, geográfica e demográfica das RUP portuguesas para uma efetiva participação no mercado único europeu, destacam-se a dimensão do mercado regional, que inviabiliza as economias de escala e de aglomeração, a distância e as dificuldades e custos acrescidos da acessibilidade.

Atendendo à especificidade do território, dispersão por nove ilhas, com potencial demográfico e económico bem diverso, localizadas ao longo de um eixo de 600 km, importa assegurar serviços mínimos de acessibilidade e de tarifas, sendo necessário impor obrigações de serviço público para que haja vida económica em todas as parcelas.

Neste contexto, a alocação específica será aplicada no financiamento do serviço público de transportes inter-ilhas, conferindo, assim, a possibilidade que todas as nove ilhas do arquipélago possam constituir-se como um verdadeiro mercado regional, potenciando as possibilidades de escala, de aglomeração das atividades económicas e produtivas e de criação de emprego.

OBJETIVO POLÍTICO 7 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Prioridade de Investimento 7.1 - Assistência Técnica

Objetivo específico correspondentes à prioridade de investimento (OE)

OE 7.1 Aumentar a eficiência e a eficácia da autoridade de gestão e dos organismos intermédios na execução das tarefas atribuídas.

Este objetivo específico tem como finalidade principal apoiar o funcionamento dos sistemas e estruturas de coordenação, gestão, acompanhamento, controlo, avaliação, divulgação e ainda a promoção de outras ações conducentes a uma melhor eficiência e eficácia da afetação dos meios financeiros.

Estas funções e atribuições estão devidamente discriminadas em regulamento comunitário e obrigam, num contexto de eficiência e de incremento da qualidade da gestão dos fundos, à utilização de meios e tecnologias apropriadas, à atualização dos conhecimentos dos meios humanos e ao acompanhamento muito próximo e no terreno da execução dos projetos, no diálogo com os beneficiários e na articulação com os interlocutores de âmbito nacional e comunitário, em razão do funcionamento e execução da política de coesão e no financiamento proporcionado pelos fundos estruturais.

ANTEPROPOSTA

FUNDO DE COESÃO

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR AO PO AÇORES 2030

DOTAÇÃO: 136 M€

OBJETIVO POLÍTICO 3 – DESENVOLVER A MOBILIDADE

Prioridade de Investimento 3.1 - Acessibilidades

Objetivos específicos correspondentes à prioridade de investimento (OE)

OE 3.1 Desenvolver uma RTE-T resiliente às alterações climáticas, inteligente, segura, sustentável e intermodal.

O desenvolvimento do sistema de mobilidade regional, reforçando a sua integração, intermodalidade e sustentabilidade, revela-se fundamental para o desenvolvimento económico e social da Região Autónoma dos Açores (RAA). A realidade arquipelágica coloca desafios específicos à criação de ligações com o exterior e à movimentação de pessoas e mercadorias no interior da Região. Nesse sentido, as intenções de investimento estão alinhadas com o Plano de Transportes para os Açores para o Período 2021-2030, que pretende assegurar nos próximos 10 anos as necessidades de mobilidade e de abastecimento dos residentes e visitantes, num quadro de sustentabilidade económico-financeiro e ambiental.

A posição ultraperiférica da RAA (associada a uma maior ocorrência de eventos climáticos extremos), assim como a reduzida dimensão do mercado interno, a ausência de economias de escala e a descontinuidade territorial, colocam particular ênfase na necessidade de reforçar a eficiência das ligações marítimas e aéreas.

Pese embora as melhorias promovidas nos últimos anos em matéria de mobilidade, importa considerar a intensificação significativa da movimentação de pessoas e mercadorias - entre 2015 e 2019, o fluxo de passageiros aumentou 29% e o fluxo de cargas aumentou 19% via marítima e aérea³-, colocando pressão no sistema de mobilidade e pondo em evidência a necessidade de reforço e adaptação do mesmo.

³ INE (2021), acedido em novembro de 2021 e Portos dos Açores – Relatório e Contas 2019

É determinante assegurar um investimento significativo nas infraestruturas portuárias e aeroportuárias com objetivo de aumentar a sua resiliência às alterações climáticas, como veio demonstrar a passagem do Furacão Lorenzo, que destruiu por completo o porto das Lajes das Flores, deixando essa ilha sem acesso a bens essenciais às populações.

No âmbito do transporte aéreo pretende-se ampliar e requalificar as infraestruturas e reforçar/modernizar equipamentos aeroportuários – Um objetivo estratégico indispensável para qualquer setor de transportes é a garantia de infraestruturas e equipamentos adequados às necessidades de procura e aos parâmetros de segurança internacionais, o que assume uma relevância preponderante no setor aéreo dado ser a principal porta de entrada da Região Autónoma dos Açores. As intervenções preconizadas estão relacionadas com condições básicas de operacionalidade e segurança e com uma modernização das infraestruturas e equipamentos.

Ao nível do transporte marítimo, importa ter presente que este continua a ser o único modo de transporte que garante o abastecimento às ilhas, não existindo outra alternativa viável a esse modo de transporte, o que torna bem visível a importância que o setor marítimo-portuário assume na estratégia de desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores. Nestes termos, uma das prioridades das políticas públicas será a modernização deste setor, ao nível das infraestruturas e equipamentos, de modo a permitir maiores índices de produtividade e torná-lo mais competitivo, atrativo e resiliente às alterações climáticas.

◆ Tipologias de Ação

- No transporte aéreo:
 - Melhorar a operacionalidade e segurança das infraestruturas;
 - Melhorar as condições de embarque e desembarque dos passageiros.
 - Aquisição de equipamentos, sistemas de proteção, de segurança e de gestão de tráfego aéreo para os aeroportos/aeródromos da Região Autónoma dos Açores.
- No transporte marítimo:
 - Ações de reforço e adaptação das infraestruturas portuárias da Região, visando a sua modernização, operacionalidade e segurança;
 - Aumentar a resiliência dos portos às condições climáticas e adaptá-los às exigências funcionais/operacionais;
 - Aquisição de equipamentos e sistemas de gestão portuária.

◆ Potenciais Beneficiários

- Administração Pública e outras entidades públicas;
- Empresas Públicas.